



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA,
TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA

PRESIDENTE: JUSCELINO GADELHA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 12 de Fevereiro de 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Há número legal. Está aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta é a 1ª audiência pública do ano de 2011, da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia, que tem como tema o último reajuste das tarifas de ônibus na cidade de São Paulo.

Agradeço a presença do Secretário de Transportes, Sr. Marcelo Cardinale Branco; cumprimento o Presidente desta Casa, Vereador José Police Neto, uma das pessoas que pediram à Comissão que realizasse esta audiência pública. Agradeço aos Srs. Vereadores: Netinho de Paula, 1º Secretário da Câmara Municipal; Claudio Prado, 2º Vice-Presidente; Carlos Apolinario, Claudio Fonseca, Donato, Jamil Murad, José Américo e Chico Macena e às Sras. Vereadoras Juliana Cardoso, Mara Costa, que faz parte da Comissão .

Peço que venha compor a Mesa o ex-Secretário, Sr. Frederico Bussinger.

Ficaram acertadas, por meio da Presidência da Casa, juntamente com outros Srs. Vereadores, conversado com o movimento dos estudantes, as seguintes questões: o Movimento apresentará oito inscritos, os Srs. Vereadores e oito pessoas da sociedade civil falarão cinco minutos cada um. O tempo será contado no painel.

Espero que nesta audiência pública consigamos chegar ao objetivo de esclarecer à sociedade sobre o que está acontecendo.

Tem a palavra o Presidente Vereador José Police Neto.

O SR. CARLOS APOLINARIO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Carlos Apolinario.

O SR. CARLOS APOLINARIO – O senhor anunciou a fala do Sr. Secretário em primeiro lugar?

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Não. Passei a palavra para o

Presidente da Casa, em seguida iniciaremos a audiência pública.

O SR. CARLOS APOLINARIO – Peço à V.Exa., se assim concordar o Presidente José Police Neto, a suspensão da sessão por sete minutos, porque sempre iniciamos nossos trabalhos dando 15 minutos de tolerância. Neste momento, daríamos mais sete minutos para demonstrar àqueles que solicitaram a audiência pública a vontade da Câmara e de V.Exa. no sentido de ouvir todos.

É regimental o pedido de V.Exa.

Estão suspensos os trabalho por sete minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Juscelino Gadelha.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Reabertos os trabalhos.

A pedido da Comissão, daremos mais cinco minutos de tolerância.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Juscelino Gadelha.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Reabertos os trabalhos, são 09h30, iniciamos às 09h00, estamos com 30 minutos de tolerância, seriam apenas 15 minutos regimentalmente, porém esperamos mais 15.

Apenas para lembrar: o Presidente da Casa, com o Movimento e outros Vereadores, fizeram o seguinte acordo para a inscrição dos oradores: 15 minutos reservados para o Movimento; 20, para o Secretário; oito inscritos do Movimento; oito Srs. Vereadores. Serão intercalados uma pessoa do Movimento e um Vereador nas falas de cinco minutos, mais oito inscritos da sociedade civil, pessoas que não são do Movimento nem do Parlamento.

À minha direita está o secretário da comissão. As pessoas que querem falar e que estão na contagem citada das oito pessoas, por favor, inscrevam-se com ele.

Peço que informem quem falará nos 15 minutos destinados ao Movimento?

Passarei a palavra ao Presidente José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Bom dia a todos. Agradeço a presença de todos os que aceitaram o convite para comparecer a esta audiência pública. Lembro que a presente audiência está sendo transmitida pela TV Câmara, portanto dando publicidade na rede a cabo da Cidade e também transmitida pela Internet, pelo nosso sistema de transmissão ao vivo, *online* dos Plenários, que passaram a ter um sistema de transmissão ao vivo.

Mais do que isso, agradeço a participação dos Parlamentares que buscaram, ao longo dos últimos 20 dias, o entendimento para a realização da presente audiência, principalmente notabilizada pela movimentação que a sociedade empreendeu para debate de um tema importante para a Cidade, o transporte coletivo.

Sr. Presidente, desejo muito sucesso à audiência.

Agradeço aos Parlamentares que, também, se disponibilizaram a comparecer; agradeço ao Secretário Marcelo Branco o fato de ter aceito o convite, e quero dizer que o espírito que nos reúne é exatamente o de ouvir e tentar, no esforço que a sociedade faz conosco, devolver à sociedade políticas públicas capazes de enfrentar a dura realidade na Metrópole.

Devolvo a palavra para que possamos iniciar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra o Movimento, durante 15 minutos.

A SRA. MARIANA TOLEDO – Bom dia, meu nome é Mariana, sou do Comitê de Luta Contra o Aumento.

Lerei uma carta escrita conjuntamente pelos integrantes do Comitê de Luta Contra o Aumento, espaço de articulação de movimentos sociais, organizações políticas, entidades estudantis, sindicatos, trabalhadores e estudantes, que têm como intuito reverter o aumento da tarifa do transporte público de São Paulo.

“No dia cinco de janeiro a tarifa de ônibus em São Paulo foi de R\$2,70 para R\$3,00, tornando-se a mais cara em todo Brasil. Esse aumento surpreendeu a todos que ainda se

acostumavam com o aumento de R\$2,30 para R\$2,70. Com isso, no período de um único ano a passagem subiu R\$0,70, ultrapassando a inflação do mesmo período.

Nós, do Comitê, repudiamos esse aumento.

Antes de continuar, queremos destacar algumas críticas ao formato desta audiência. A forma como está organizada, a fala longa do secretário e poucas intervenções do plenário, dificultam o real diálogo entre a população e o Secretário de Transportes. O formato de perguntas e respostas talvez permitisse algum debate mais aprofundado acerca do aumento, o que talvez não seja possível. Além disso, a quantidade restrita de lugares e o número ainda menor de falas ajudam a limitar ainda mais este espaço.

Antes mesmo do anúncio oficial pela Prefeitura, já estávamos nas ruas, passando em escolas e universidades, fazendo panfletagens, conversando com a população nos terminais de ônibus e fazendo manifestações.

Chegou 2011 e o Prefeito Gilberto Kassab confirmou o aumento de tarifa. No dia 13 de janeiro mais de mil pessoas juntaram-se no Centro da Cidade para protestar contra o aumento e foram duramente reprimidas pela Polícia Militar.

A população de São Paulo mostrou, no entanto, que não pretende se calar frente a esse ataque do poder público e realizou grandes manifestações, nos dias 20 e 27 de janeiro, 3 e 10 de fevereiro. Em cada um desses atos cerca de quatro mil pessoas mostraram o seu descontentamento.

A audiência pública de hoje, na Câmara dos Vereadores, é fruto desse processo de mobilização. Ficou claro que é só através da luta nas ruas conseguiremos, de fato, pressionar o poder público e barrar esse aumento. Por isso, nosso objetivo aqui é obter explicações do Secretário Municipal de Transporte, Marcelo Branco, sobre o aumento da passagem, questionando e exigindo a imediata reversão do aumento da tarifa de ônibus.

O Prefeito Gilberto Kassab, via Secretaria de Transportes, afirma que esse aumento é inevitável. Inevitável para o equilíbrio financeiro, para sanar as contas públicas,

enfim, argumentos que conhecemos de cor. O que esses argumentos escondem é o fato de que o transporte na Cidade não existe para atender às necessidades da população, mas sim para satisfazer aos interesses dos empresários de transporte.

Vale lembrar que os custos dos transportes em São Paulo são calculados com planilhas fornecidas pelos próprios empresários, sendo a fiscalização quase inexistente. A análise dessas planilhas pouco informa sobre os custos reais do transporte municipal, pois só há rubricas genéricas sobre os gastos, estando ausente qualquer detalhamento necessário.

A própria Câmara de Vereadores não teve oportunidade de debater os valores apresentados pelas empresas e, como o aumento é definido pelo Prefeito, por meio de Decreto, não há exigência para que isso ocorra.

Neste ano tivemos uma opção política da Prefeitura. Se as planilhas estão corretas, o aumento dos custos do sistema foi de 7,7% e o aumento das tarifas foi de 11,1%. Com esses dados, podemos ver que essas planilhas não justificam o aumento. Segundo as mesmas planilhas, a Prefeitura optou por reduzir percentualmente o quanto paga no preço do ônibus, ou seja, optou por custear uma menor parte da tarifa, deixando esse ônus na carga do usuário.

Então, Sr. Secretário, essa é a política defendida pela Prefeitura?

Contraditoriamente, a Prefeitura junto a esta Câmara também garantiu às empresas de ônibus uma previsão de aumento no subsídio pago sob a forma de compensação tarifária. Em 2010, o subsídio foi de 660 milhões; para 2011, está aprovada a soma de 743 milhões.

Com o aumento das tarifas muita gente ganha: o dono da empresa de ônibus, que vê a sua margem de lucro continuar a crescer; o empreiteiro, que vê os imóveis construídos em áreas de melhor infraestrutura de transporte aumentarem de preços e, por fim, muita gente rica que vai ter de conviver, cada vez menos, com moradores de baixa renda circulando pela Cidade, já que a cada novo aumento milhares de pessoas deixem de usar o transporte público por não ter condições de pagar a tarifa.

O aumento só é inevitável na cabeça do Prefeito, que acha que a prioridade do

transporte é atender a outros interesses que não as necessidades da população. É por isso que a tarifa sempre aumenta, porque segue sempre a lógica do lucro. Enquanto continuarmos a permitir que a Prefeitura encare o transporte como uma mercadoria, a tarifa vai continuar aumentando.

A Prefeitura discursa que o transporte coletivo está a serviço do interesse da população. Afinal, quem nunca viu aquele adesivo no ônibus: Transporte: direito do cidadão, dever do Estado. Quem depende todo dia do ônibus, trem e metrô em São Paulo sabe que isso não é bem verdade. O transporte vive lotado, com linhas de ônibus que só nos levam aos locais de trabalho, mas não servem para circular pelos bairros; há falta de metrô e trem para quase toda a periferia da Cidade, enquanto os bairros mais ricos têm em abundância esse tipo de transporte.

Para completar, o que gastamos diariamente com as passagens faz muita falta no final do mês. O transporte chega a ser o segundo maior gasto no orçamento de uma família mais pobre.

O transporte público precisa ser visto pelo poder público como um direito social elementar que dá, inclusive, acesso a outros direitos como à saúde e à educação. Mas esse não é o caso, porque o transporte coletivo hoje é visto como um grande negócio. Para ser um direito do cidadão, de fato, ninguém pode estar excluído do transporte, o acesso deve ser garantido a todos. No entanto, segundo dados do IPED, de 2006, 37 milhões de brasileiros estão excluídos do direito de locomoção, por não terem condições de pagar a tarifa. A cada novo aumento esse número alarmante cresce.

Estamos nas ruas hoje para impedir que esse círculo vicioso permaneça. Está claro para nós que os transportes coletivos urbanos devem ser encarados como um serviço público essencial e que, nessa condição, devem caminhar como gratuidade total e universal. Assim, o transporte poderá, além de garantir o acesso a vários outros direitos sociais, garantir um outro direito fundamental: o direito de se movimentar pela própria Cidade, conhecê-la e ter

ferramentas para transformá-la. Todos precisam ter acesso à Cidade em sua plenitude e, para isso, é inevitável que o transporte seja verdadeiramente público, ou seja, que todos possam utilizá-lo sem restrição.

Um passo fundamental e estratégico no sentido da promoção de um projeto de mobilidade urbana, pautados nos interesses sociais e coletivos, é a gestão pública dos transportes. Ou seja, que o poder público assuma para si, retirando do âmbito privado dos empresários, o planejamento e a execução dos transportes coletivos. Não é possível permitir que os itinerários, os custos e os preços, a renovação das frotas, a adaptabilidade dos ônibus para pessoas com deficiências, enfim, que isso tudo seja gerido pelos empresários que operam, por razões óbvias, de acordo com seus interesses.

- Sr. Presidente faz soar a campainha.

A SRA. MARIANA TOLEDO – A regulação hoje exercida pela Secretaria Municipal de Transporte e pela SPTrans é insuficiente. A gestão pública dos transportes deve estar ancorada na efetiva participação da população que está diretamente ligada ao transporte, seus usuários e trabalhadores. É fundamental que aqueles que utilizam o transporte público, e por isso sabem dos seus problemas e suas necessidades, possam decidir por ele. No atual modelo de transporte, a população não é sequer consultada sobre as modificações como cortes de linha, mudanças de itinerário, etc. Não somos consultados, somos apenas informados, e quando muito.

A inauguração do Terminal Campo Limpo, no final de 2009, e os inúmeros cortes de linha que vieram em sequência, é exemplo disso. O aumento do ônibus é um outro exemplo. Ele é anunciado uma semana antes, em pleno momento de férias. Sabemos que isso não é uma coincidência. É feito para que não possamos discutir a respeito, questionar e nos mobilizar. Conseguimos, com as nossas mobilizações, mostrar que não ficaremos calados, mesmo que o aumento venha sem aviso anterior, no momento mais difícil de organizar as mobilizações.

O transporte público sofre, ainda, com um outro ataque, a priorização do transporte individual. Vemos que a Cidade é, atualmente, completamente dominada pelos automóveis particulares, para os quais praticamente todo espaço de circulação é dirigido. Eles têm prioridade em relação a pedestres, ciclistas e transporte coletivo. Além disso, grandes porções do Centro de São Paulo são tomadas exclusivamente por estacionamentos particulares.

O poder público privilegia o transporte individual quando concentra grandes investimentos em vias, pontes e túneis - um exemplo é a ponte estaiada -, representando um gasto pesado no orçamento municipal que somente beneficia os usuários de automóveis particulares. Em vez de o poder público investir na melhoria das condições do transporte coletivo, suas ações estão prioritariamente endereçadas no sentido de promover e financiar o transporte individual. Nós, do Comitê, queremos que o dinheiro público seja investido em transporte público. Simples assim.

Sabemos que todas essas transformações que propomos: a redução imediata da passagem; um transporte público de qualidade não excludente, que seja, de fato, encarado como direito social; uma gestão pública dos transportes que tire da iniciativa privada o seu controle, aumentando a participação dos trabalhadores e usuários nas suas decisões; uma priorização do transporte público em face do transporte individual; todas essas mudanças não podem ser obtidas apenas no campo da política institucional.

Por isso, nossa mobilização vem crescendo e ela continuará nesse rumo caso o aumento não seja revertido. Estamos no nosso direito de cobrar do Estado esse modelo de transporte público.

Muito além dos discursos e explicações que serão aqui expostos, queremos ouvir uma proposta clara do Secretário para que iniciemos um processo de negociação sobre a reversão do aumento da passagem. Se nossas ações não forem o suficiente, fiquem certos que amanhã elas serão muito maiores.

É com esse espírito que estamos aqui hoje.”

Obrigada. (Palmas)

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Mariana, qual é o seu nome completo? Você tem mais quatro minutos.

A SRA. MARIANA TOLEDO – Meu nome é Mariana Toledo. Podemos começar. Quem sabe, assim, teremos mais tempo para as falas.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Está bom. Anuncio a presença do Vereador Alfredinho e da Miriam Hokama, Coordenadora do Orçamento da Secretaria do Planejamento.

Sobre a fala da Mariana, gostaria de falar do que foi combinado. Queriam fazer perguntas ao Secretário e o Secretário responder. Foi feito um acordo com a presidência, alguns outros Vereadores e vocês. Eu não participei. Vocês falariam 15 minutos. O Secretário falaria 20 minutos e abriríamos as inscrições para 8 pessoas por cinco minutos cada; 8 Vereadores por cinco minutos cada; e depois abriríamos as inscrições para a fala da sociedade civil organizada, mais 8 pessoas por cinco minutos.

Isso foi combinado com vocês. Essa crítica eu não aceito.

- Manifestação da galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra o Secretário Marcelo Branco.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO – Bom dia a todos. Cumprimento o Vereador José Police Neto, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, pela oportunidade de diálogo com a sociedade nesta Casa; Vereador Juscelino Gadelha, Presidente da Comissão de Trânsito e Transporte; Vereador Claudio Prado, 2º Vice-Presidente da Câmara Municipal de São Paulo; Vereador Netinho de Paula, 1º Secretário da Mesa Diretora; e os Vereadores Chico Macena, José Américo, Juliana Cardoso, Carlos Apolinário, Claudio Fonseca, Donato, Jamil Murad e Alfredinho. Cumprimento também o ex-Secretário Municipal de Transportes Frederico

Bussinger; Dra. Sandra Grapella, chefe de gabinete da Secretaria, na pessoa de quem cumprimento os demais colegas de trabalho da Prefeitura; e a Sra. Mirian Hokama, Coordenadora de Orçamento da Secretária Municipal de Planejamento.

Devemos ter a clareza de como funciona o sistema de custeio dos transportes na cidade de São Paulo. Existe uma câmara onde entram todos os recursos do transporte: tarifa, bilhete único, subsídios. Esse recurso entra num fundo - uma conta chamada conta sistema - e é utilizado para pagar os diversos custeios de tarifa, inclusive as empresas.

As empresas passaram por um processo de licitação. Não foi nesta gestão, foi em gestão anterior, e ganharam as empresas que apresentaram o menor custo para prestar o serviço. O que essas empresas recebem não tem relação direta com a tarifa. São coisas distintas. A tarifa entra para custear o sistema. As empresas recebem por um serviço prestado. Não existe uma relação direta. As empresas têm reajustes contratuais, legais, por índices conhecidos, oficiais. Esse custo é partilhado entre as diversas fontes de receita que citamos. Entre elas a tarifa e o dinheiro que o Poder Público dispõe nessa conta.

Dessa caixa, existe o pagamento aos empresários e o pagamento das gratuidades ou benefícios. Entre os benefícios podemos citar o custo de 250 mil deficientes que não pagam as passagens. Por que isso? Existe o entendimento da sociedade de que essas pessoas devem ficar por conta da sociedade, do Poder Público. Portanto, elas não pagam essa passagem.

Existem 650 mil idosos que não pagam passagem também pelo mesmo motivo. Quer dizer, é um entendimento da sociedade e a lei dispõe que o idoso não deve pagar passagem. Quando não paga, alguém está pagando por ele. Quem paga por ele? A sociedade, o Poder Público, pelo pagamento de impostos.

Esses dois itens custam para o Município em torno de 200 milhões de reais. Há menos deficientes físicos cadastrados, mas há maior volume de passagens por pessoa. O idoso tem maior número de cadastrados, mas menor número de viagens por pessoa.

Existe o 50% da tarifa do estudante. São 950 mil estudantes. Essa é a regra de hoje. Isso custa para a sociedade 220 milhões por ano.

Esse conjunto de gratuidade varia um pouco a cada ano, mas vai de 550 a 600 milhões somente no sistema municipal.

Além disso, temos os descontos que são dados para alguns tipos de tarifação. Se você tivesse o custo total da tarifa, por exemplo, do sistema de trilhos mais o sistema de transporte por ônibus, o custo da tarifa nessa integração seria de 5,90 reais. Não é esse valor. O valor é de 4,49 reais. Cada um dos entes dá um desconto. Nessas integrações a Prefeitura recebe 2,22 reais, não os 3,00 reais. Então, aqui também há um desconto significativo.

Basicamente, a estrutura do transporte está formada dessa forma.

A tarifa tem de ter todos esses custeios, esse é o entendimento hoje. A tarifa é suficiente para custear todos esses itens. É muito importante ressaltar - para não termos comparações de coisas distintas como sendo iguais - que a tarifa de São Paulo não é a mais cara do Brasil. A tarifa de São Paulo, por trecho, é uma das mais baratas do Brasil.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha - PSDB) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Carlos Apolinario.

O SR. CARLOS APOLINARIO – Sr. Presidente, ouvimos a Mariana, vamos ouvir o Secretário e depois ouviremos novamente os representantes do movimento. Estou aqui para apoiar muitas iniciativas, mas não abro mão do respeito ao Secretário. Se viemos para uma audiência pública, temos de ouvir o Secretário.

Após a fala do Secretário, todos terão a oportunidade de contestar. Eu também tenho algumas indagações a fazer, mas até o momento que ele falar, tem de ser ouvido.

Peço, de forma respeitosa, para ouvirem o Secretário. Ele tem o direito de falar.

Sr. Presidente, peço a garantia da fala do Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Por favor, espero que possamos

construir com essa audiência pública. Vamos ouvir o Sr. Secretário. Todos vão poder falar e as pessoas terão de saber ouvir também.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO – Quando se paga 3 reais na cidade de São Paulo, paga-se para ter ingresso a um sistema. Quanto você anda com esses 3 reais? Em média, na Cidade, as pessoas andam 1,63 trechos.

Portanto, quando você paga 3 reais aqui, não é como pagar 2,90 em outra cidade para andar em um trecho e, se você tiver de andar em outro trecho, terá de pagar o dobro, se andar em três trechos, pagará o triplo.

Quando falamos de tarifa, tem de se entender o que está comprando por aquele preço que está pagando. Na cidade de São Paulo, você compra o direito de andar em um sistema de ônibus e não em uma linha de ônibus ou num determinado trecho.

Se pegarmos os 3 reais que é a tarifa de São Paulo e dividirmos por 1,63 que é a média do sistema, cada trecho na Cidade custa 1,85. Está sendo cobrado da sociedade, para quem paga o bilhete completo, 1,85. No meu entendimento, essa é a base de comparação.

Se você está comparando preço de trecho, como está comparando em outras cidades, você pagou para andar um trecho 2,50 reais. Aqui tem de ver quanto é que está sendo cobrado para andar cada trecho, e está sendo cobrado, em média, 1,85 reais.

Temos o entendimento e concordo com a afirmação de vocês de que o sistema de transporte de São Paulo tem de ser melhorado todos os dias. Ninguém está dizendo que é um sistema perfeito e que não tem melhoras para serem incorporadas e tem de ser encarado como prioridade sobre o transporte individual. Nisso, temos absoluta concordância.

A ideia desse ano foi que diminuíssemos o subsídio e não o aumentássemos. O número de 743 milhões citado foi uma referência que a Câmara nos deu para teto de subsídio. A nossa pretensão é que esse número fique 200 milhões abaixo desse teto e que essa diferença seja utilizada exatamente na infraestrutura de transporte público com investimentos

que já anunciamos, como é o corredor da Radial Leste, que está em projeto, e outros corredores na cidade de São Paulo; dinamização dos corredores existentes; requalificação.

O entendimento é que o transporte tem de avançar. O transporte público tem de ter a sua primazia sobre o transporte individual. Essa é uma orientação que damos ao nosso setor e companheiros de trabalho da Secretaria.

É importante dizer que a Prefeitura está investindo no Metrô. O projeto da cidade de São Paulo tem de ser único. Só vamos ter um sistema de transporte de qualidade se encarmos a cidade como um projeto único de transporte. Não tem sentido haver um projeto municipal e outro estadual. Se forem conflitantes, muito pior, mas, se não forem vistos como projeto único, esse projeto não será o melhor que pode ser.

Dessa forma, a Prefeitura tem participado com um volume significativo de recursos para o Metrô. Dois bilhões de reais nesse período é um valor bastante significativo.

Além disso, estamos procurando melhorar todos os dias a qualidade dos transportes públicos. Esse fato foi apontado, por exemplo, na pesquisa nacional da NTP, que mostra que 50% da população considerava o transporte da cidade de São Paulo bom e ótimo e isso passou para 59% no ano de 2010.

Essa pesquisa nos guia para ver onde exatamente a população considera a piora do transporte ou o que não melhorou como deveria. Portanto, estamos de acordo com essa constante melhora nos transportes públicos.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Anuncio a presença do Vereador Ítalo Cardoso, líder do PT nesta Casa; do Deputado Federal Zarattini e do ex-Secretário Municipal dos Transportes de São Paulo; Deputado Estadual Rui Falcão.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO – Já tendo feito as considerações iniciais, libero o tempo que eventualmente sobrou para que a população se manifeste.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Solicito à Mariana, que falou anteriormente, que encaminhe o nome das oito pessoas do movimento que falarão por cinco minutos.

Vamos chamar a sociedade civil até que vocês se organizem.

O primeiro inscrito é o Sr. Fábio Siqueira, Movimento de Resistência, Orçamento Participativo da Saúde.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia a todos. Presidente José Police Neto; Vereador Juscelino Gadelha, Presidente da Comissão de Trânsito e Transportes; Vereadores Alfredinho; Juliana Cardoso, Chico Macena; Jamil Murad; Claudio Prado; Netinho de Paula; Donato; Carlos Apolinário; Deputado Federal Zaratini; Deputado Estadual Rui Falcão; Secretário Marcelo Branco.

Cumprimento o movimento presente pela iniciativa, Movimento da Juventude, Comitê de Luta contra o aumento de ônibus. Realmente, esse aumento de ônibus é absurdo.

Queria lembra aos parlamentares - e saúdo a Mariana pelo discurso inicial - que desde 2005, gestão Serra, Vice-Prefeito Gilberto Kassab, o ônibus foi de 1,70 para 3 reais. É quase o dobro em seis anos e isso comparado com uma inflação do período é algo injustificado.

Por mais que o Secretário tenha falado, explicado, argumentado, não há justificativa. Se a inflação do período é X, esse aumento é quase 2X. Tudo isso justifica esta audiência pública de hoje. Por que é tão caro? Por que o aumento é tão abusivo? Isso influencia no bolso, no rendimento, da população mais pobre, como foi falado.

A população mais pobre não tem o seu salário reajustado de maneira vultosa e ainda tem de gastar cada vez mais. Seja em 2009, 2,30; 2010, 2,70; 2011, 3 reais; com passagens cada vez mais caras. Qual é o limite disso?

Será que em 2012 passará para 3,30? Qual o limite disso? Aumenta assim, em progressão geométrica, enquanto o salário da população aumenta em progressão aritmética?

Tudo isso, realmente, tem de ser abordado, colocado com muita coragem e ética, e ainda muito conhecimento.

Abordo ainda os dois bilhões para o Metrô que o Sr. Secretário disse. Esses dois bilhões não existem. Até dezembro do ano passado, a Prefeitura havia pago ao Metrô 975 milhões de reais, portanto, nem a um bilhão chegou. E agora a promessa é de dois bilhões, sendo que, para o Orçamento de 2011, é mil reais só para o Metrô? Só estão lá mil reais. Portanto, cadê esse um bilhão? Quero uma explicação do Sr. Secretário em relação a isso.

Sobre a transparência e participação. Até 2004, existia o Conselho Municipal do Transporte. Existia em cada Subprefeitura um órgão chamado GAT para a fiscalização popular do transporte, do então recém-inaugurado sistema interligado. À época - o Secretário Carlos Zarattini, agora deputado, lembra disso, e os Srs. Vereadores lembram também - o Governador José Serra, junto com o então Vice Gilberto Kassab, acabou com tudo: com a fiscalização do transporte. Acabou por conta do medo do próprio povo fiscalizar o seu direito básico: o da mobilidade e do transporte.

Por que não criar nessa cidade um Conselho Municipal do Transporte com a participação popular? Isso é fundamental. Há Conselhos de Saúde, de Educação, de Habitação, mas e o de Transporte? A população tem de ser ouvida, sim, mensalmente, até para discutir e barrar aumentos absurdos como esse. Qual é o medo desse tema-tabu, o transporte, em São Paulo?

Aproveito para reivindicar uma audiência pública, da Câmara Municipal, pois existe uma lei de 1993 que dispõe sobre a realização de, a cada três meses, uma audiência pública na área de Saúde. Então, por que não uma de Transporte, também a cada três meses? Qual o tabu nessa área de Transporte? Senão, temos de esperar por uma audiência pública a respeito disso a cada ano. Transporte é uma tema recorrente e a cada mês há uma novidade, há uma obra nova, há novas demandas, obras não realizadas. Então é uma proposta importante a realização de audiências públicas trimestrais aqui na Câmara Municipal. É importante que

todos esses temas tenham sua digna abordagem na Cidade.

Quero ainda cobrar o Sr. Secretário Marcelo sobre as obras paralisadas e que envolvem o tema transportes. Os corredores de ônibus e os terminais estão parados. No ano passado, nada foi feito. Havia o dinheiro, aprovado por esta Casa, no final de 2009, e nada foi feito. Onde estão os terminais de ônibus? O último inaugurado foi Campo Limpo, há quase dois anos. E muito criticado, aliás, com razão. Afinal, inaugura-se um terminal, muda-se toda a estrutura da região, como aconteceu absurdamente no Sacomã, e fica por isso mesmo. A população não é consultada. A Prefeitura nada sabe. Por isso, precisamos cobrar corredores e terminais para 2011. Nada foi feito ultimamente.

Por fim, outro assunto importante: as linhas de ônibus. Foi mencionado já a péssima qualidade. As empresas municipais ganham rios de dinheiro. E vou dizer: o Consórcio 7 ganhou, em um mês, 63 milhões de reais; Unisul ganhou 44 milhões de reais; Sudoeste, 27 milhões de reais, ou seja, as empresas estão milionárias! E o povo? A qualidade de transporte para ele piora a cada dia.

Por que uma empresa que ganha, por mês, da Prefeitura, 27 milhões de reais não melhora o transporte? Qual o segredo disso? Por isso, a população precisa fiscalizar. O Conselho de Orçamento Participativo está fiscalizando, sem medo, Prefeitura, empresas, tudo, ônibus que não existe, e vai continuar fiscalizando. Muito obrigado, Vereador Juscelino.

- Os presentes se manifestam com palavra de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Muito obrigado, Fábio.

Dando sequência à nossa audiência pública, o Movimento já encaminhou os oito nomes e passarei, então, a palavra ao Sr. Múcio Alexandre Bracarense, do Movimento Estudantil.

O SR. MÚCIO ALEXANDRE BRACARENSE – Bom dia a todos. Sou ferroviário, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Sorocabana. Atendemos às linhas 8 e 9 da CPTM. A linha 8 vai de Júlio Prestes a Itapevi e a linha 9, de

Osasco ao Grajaú. Essa linha atende à maioria dos participantes presentes, lá na região Sul.

Em primeiro lugar, coloco o seguinte: o Sr. Secretário diz que a Prefeitura, o Governo Municipal, investirá no Metrô. Aproveito para fazer algumas denúncias - uma vez que se o pessoal do Governo Municipal ainda não está atento, ou então não está sabendo- antes de investir, é bom que eles saibam o que o Governo do Estado está fazendo em relação ao metrô e à CPTM.

O Governo do Estado está fazendo uma partilha, uma divisão absurda e imoral de todos os nossos serviços com as empresas privadas. Isso se estende desde o serviço direto ao usuário, através do atendimento pelas bilheterias, com o lançamento de uma PPP de entrega das bilheterias, tanto do Metrô, quanto da CPTM, e da SPTrans, num primeiro programa; num segundo programa, inclusive, da EMTU.

Ao entregar para a iniciativa privada, já sabemos o resultado. O resultado está aí: aumentos abusivos, aumentos absurdos, que só sobrecarregam a população e traz um ganho, que todos já sabem, aos empresários. Esse processo de privatização, um nome bonito dado para as PPPs, conseguimos suspender através de alguns processos ingressos na Justiça e também através do Tribunal de Contas do Estado. A PPP foi denunciada e a continuidade dela foi suspensa.

Entretanto, todos conhecem como é a nossa Justiça: consegue cassar hoje, mas a cassação cai amanhã. Cassa de novo, cai de novo. Então, realmente, a população precisa estar atenta e o Governo Municipal, inclusive envolvendo a Câmara de Vereadores nessa discussão, para que esse dinheiro não seja jogado fora e, daqui a pouco, o empresário receba tudo de mão beijada.

Estamos lá, agora, na CPTM, com a terceirização de mão de obra da manutenção dos trens da série 5000. Esses trens são os que circulam entre Júlio Prestes e Itapevi. A CPTM entregou para a CAF, uma multinacional, todo o serviço de manutenção desses trens. Manutenção essa, senhores, que era feita há 30 anos por ferroviários.

O argumento utilizado pelo presidente da CPTM, à época e hoje presidente do Metrô, o Sr. Aveleda, é que esse serviço traria maior confiabilidade, segurança e melhor desempenho para a população. Resultado disso, passem os senhores: circulávamos diariamente, nos horários de pico, com 17 ou 18 composições desses trens, todos os dias. A partir do momento em que passaram essa manutenção para a empresa privada, a qual só visa lucro, os trens caíram de 17 para 9, com mão de obra mais precária, diminuição de quadro e desconhecimento técnico, não conseguiam colocar os trens para operar.

Então, a população que já anda igual sardinha em lata em 17 trens passou a andar – não sei como – em 9! E os nossos representantes, os dirigentes, os políticos, os técnicos dizem que o modelo de PPP, de privatização, de terceirização é para melhor atender à população.

Deixo registrada a denúncia, o nosso apoio ao movimento pelo serviço prestado, que é de má qualidade. Na opinião do Sindicato da Sorocabana, as tarifas são abusivas, absurdas, a população não merece a forma pela qual o serviço está sendo prestado.

Agradeço a todos. (Palmas)

- Manifestação dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Vamos ouvir neste momento, por cinco minutos, o nobre Vereador Donato. Na sequência falarão os Vereadores: Apolinario, Chico Macena, Zé Américo, Jamil e Juliana.

O SR. DONATO – Bom dia a todos, colegas da Mesa, Secretário. Como tenho apenas cinco minutos, vamos ao que interessa.

Secretário, é difícil entender o seguinte: em março de 2005, primeiro ano do governo Serra, a tarifa aumentou de 1,70 reais para 2,00 reais. Vamos considerar que março de 2005 tenha sido o ponto de equilíbrio do sistema da Gestão quanto à avaliação dos custos. Então, foi a 2,00 reais, com subsídio naquele ano de 224 milhões de reais. O número de passageiros é parecido com o número de hoje, a frota é praticamente a mesma. Hoje, a tarifa é

de 3,00 reais, portanto, 50% mais cara e subsídio previsto de 743 milhões de reais. O aumento da passagem foi acima da inflação, que no período atingiu 30%, e aumento do subsídio em cerca de 190%. A conclusão a que chegamos é que o custo do sistema explodiu, e é isso que queremos discutir: por que explodiu?

Levanto duas hipóteses para o debate e gostaria que o senhor dialogasse. A primeira é que aumentou a ineficiência do sistema, o sistema é mal gerido e disso eu tenho certeza. A velocidade dos corredores existentes diminuiu. A retirada da CET da operação conjunta com SPTrans na gestão do transporte público piorou a eficiência do sistema. Esse é um aspecto – que eu acho que existe – quanto ao aumento dos custos, ou seja, culpa exclusiva da Administração, que não investiu na ampliação dos corredores.

O segundo aspecto poderia ser uma eventual inflação na planilha do ônibus, ou seja, os custos do transporte coletivo crescem muito mais do que o custo médio da sociedade. Isso teria de ser demonstrado nas planilhas, e, quando analisamos os detalhes nas planilhas, elas nos causam muito espanto. Por exemplo, para este reajuste há todo um detalhamento em vários itens. Não conseguimos verificar todos nem temos condições para tanto, mas alguns são de rápida verificação. Estima-se que o diesel custe 1,85 reais o litro, é um custo importante para o sistema. A Liderança do PT fez uma pesquisa rápida, telefônica, e conseguiu, por e-mail, da Petrobras a informação de que o valor unitário do diesel é de 1,70 reais o litro. Está aqui! Como é que na planilha está 1,85 reais e numa consulta telefônica está apontado a 1,70 reais o litro? Imaginem o custo para empresas que comprem milhões de litros de diesel. Imagino que seja menor. Só o custo do diesel superfaturado na planilha significa cinco centavos de reais de aumento na passagem de cada um. Se colocar o custo real, apurado por um telefonema e um e-mail, abaixa-se a tarifa em cinco centavos de reais. Temos o custo dos pneus: passou de 280 reais para 670 reais. Precisa explicar! Precisamos ter uma auditoria nessa planilha, não é possível receber uma planilha dessa forma – como já foi dito, nas férias, no recesso parlamentar; a lei não obriga análise da Câmara, só uma informação. Por isso eu

apoio emenda à Lei Orgânica do Vereador Apolinario para que aqui na Câmara se discuta o aumento da passagem.

O Congresso Nacional vota o salário-mínimo, nós votamos o subsídio, porque não é aqui, nesta Casa, que a sociedade pode pressionar, pode debater em relação à tarifa para discutirmos de verdade os números. Se não fosse a mobilização da juventude, não teríamos este debate hoje, infelizmente. Haveria uma ou outra fala na tribuna, mas não teria este debate. (Palmas)

Foi fundamental e é necessária então a mobilização, que continue, para que debatamos efetivamente a situação do sistema!

Quero agora falar do subsídio, Secretário, por que V.Sa. afirmou que o subsídio é contraditório. V.Exa. acabou de dizer que não vai usar todo o subsídio aprovado pela Câmara no valor de 740 milhões, e que 200 milhões serão para os corredores, para o Corredor Radial Leste, que está em projeto, e projeto de corredor é um ano, ou seja, não vai usar.

Em 2007, no Diário Oficial, tivemos: “Prefeitura vai fazer cinco novos corredores”! Nada, não saiu nada, é só papel. A grande Imprensa docemente divulga, depois diz que não é corredor, que é monotrilho, depois é metrô e vai enrolando. Mas não tem nada. Não posso acreditar na promessa do senhor.

Agora, o que é contraditório – para concluir – é que o senhor disse que as gratuidades são 620 milhões, que elas conceitualmente não devem ser passadas para o usuário, que é, sim, uma obrigação da sociedade através do orçamento público. São 743 milhões e o senhor vai tirar 200 milhões para corredor, sobram 543 milhões, e 80 milhões das gratuidades vão ser pagas pelo passageiro e não pelo conjunto da sociedade, desmentindo o que o senhor acabou de falar! Então, é um festival de incongruências, Secretário.

Infelizmente, meu tempo acabou, gostaria de debater mais, gostaria de falar de outras coisas. Mas é fundamental que façamos um debate concreto. Por isso, estamos pedindo uma auditoria das contas do sistema e da própria conta-sistema, que deve estar bem gorda,

guardando dinheiro para não haver aumento da passagem o ano que vem, e logo depois das eleições ter um outro grande aumento.

Obrigado, Presidente. (Palmas)

- Manifestação dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Quero agradecer a presença do Vereador Adilson Amadeu, que já está inscrito para falar. Também registro a presença do Deputado Estadual Adriano Diogo.

Agora, falarão os deputados. Passo a palavra ao Sr. Rui Falcão. Faço a nova rodada. Depois passo a palavra ao Sr. Zarattini. Sr. Rui Falcão, por favor, cinco minutos na tribuna.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Pessoal, por favor, vocês chegaram atrasados, não deram o nome, tenhamos responsabilidade. Por favor, quero dizer à Sra. Mariana, que falou pelo Movimento, que só há três, ou melhor, quatro inscritos. Vou abrir mais três incrições para vocês, está bem assim?

- Manifestam-se os presentes com palavras de baixo calão.

O SR. CARLOS APOLINARIO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Carlos Apolinario.

O SR. CARLOS APOLINARIO – Esse tipo de pessoa presente, se disser isso de novo, peço que V.Exa. solicite à Polícia Militar para retirá-lo.

- Manifestações na galeria.

O SR. CARLOS APOLINARIO – Vocês precisam respeitar a Câmara Municipal. Vocês têm de respeitar a Câmara Municipal.

O SR. JAMIL MURAD – Pela ordem, Sr. Presidente.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. CARLOS APOLINARIO – Eles têm de respeitar a Câmara Municipal.

O SR. JAMIL MURAD – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Calma, pessoal.

- Manifestações na galeria.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JAMIL MURAD – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Só um minuto, por favor.

- Manifestações na galeria.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Pessoal, é o seguinte. É uma questão de ordem. Há uma pessoa na tribuna. Sr. Rui Falcão, por favor.

O SR. JAMIL MURAD – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Depois do orador, por favor. Cinco minutos. Rui, por favor.

- Manifestações na galeria.

O SR. JAMIL MURAD – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Pessoal, por favor.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pela ordem, Sr. Presidente. Antes do deputado Rui Falcão falar.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Senhores, por favor, calma. Vereadora Juliana, o Vereador Jamil está inscrito antes.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Não, não, a gente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Darei pela ordem a todos. Já acalmaram os ânimos. O nobre Vereador Apolinario está mais tranquilo. Temos pessoas inscritas, vamos acertar, só um minuto, vamos na sequência.

Temos uma pessoa na tribuna. Rui, por favor.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sr. Presidente Juscelino, pela ordem. Não dá para o Deputado Rui Falcão falar agora, porque criou-se um caos aqui.

- Manifestações na galeria.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Pela ordem, o nobre Vereador Jamil Murad, por favor.

O SR. JAMIL MURAD – Gostaria de dialogar com nossos amigos, saudar essa manifestação que vêm fazendo nas ruas, representando o sentimento do trabalhador brasileiro mais pobre, que não pode pagar a passagem. É uma conquista a questão de ordem. É importante que consigamos determinadas regras de funcionamento, pois a realização da audiência é uma conquista histórica.

A Cidade tem muitos problemas a serem discutidos e queremos dar continuidade a esse processo e, claro, abordar o tema transporte com mais frequência para reverter a favor da própria sociedade. E, claro, também outros problemas do Município, com a participação da sociedade. Então, queremos essa participação de vocês, que estão inaugurando esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Vereador Jamil, por favor, a questão de ordem. Qual é a questão de ordem?

O SR. JAMIL MURAD – Questão de ordem é seguir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – É tranquilidade.

O SR. JAMIL MURAD – É seguir um Regimento que tem determinadas regras, as quais o Sr. Presidente vai ditando. Sou contra esse problema, a Polícia está aqui para salvaguardar o nosso direito de falar e de nos manifestar. Não é para tirar ninguém daqui nesse momento, certo? Quero defender essa liberdade e peço ao nosso colega, Vereador Apolinario, que compreenda dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Vereador, obrigado, já está incluída sua questão de ordem.

Tem a palavra a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Quero colocar uma questão de ordem, Sr. Presidente. O que foi acordado? Foi acordado que seria um parlamentar e um movimento. Saiu dessa ordem, passando para outros Vereadores e outros Deputados. Então, primeiro temos de garantir o que foi planejado para essa audiência.

Segundo, aqui é a Casa do Povo, não adianta falar para vir Polícia reprimir aqui dentro. (Aplausos)

A SRA. JULIANA CARDOSO – Aonde já se viu isso? Essa audiência pública foi promovida pelo movimento que a solicitou.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Vereadora, qual é a questão de ordem?

A SRA. JULIANA CARDOSO – Já estou finalizando. Foi o Movimento que pediu esta audiência pública e hoje estamos aqui discutindo a tarifa. Vamos terminar a discussão. Não venham querer tumultuar para que a audiência não aconteça. Que essa audiência pública vá até o final. Questão de ordem é no sentido de poder fazer o que foi combinado com o Movimento.

O SR. CARLOS APOLINARIO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra o nobre Vereador Carlos Apolinario.

O SR. CARLOS APOLINARIO – Quando eu for falar pelos meus cinco minutos, os presentes verão que tenho muita coisa favorável ao Movimento. Porém, algo que não aceito é dizer que Vereador só fala “m...” e virem Vereadores aqui, com a cara de pau, defender isso, Sr. Presidente. Têm de respeitar a Câmara! Será que os Vereadores que estão à Mesa não se dão ao respeito e alguém pode vir aqui dizer que nós falamos “m...” o ano inteiro? E os

senhores ficam calados e ainda acham que isso está certo?

Isso não é movimento. É irresponsabilidade. São vândalos. É molecagem.

Moleques!

- Manifestações na galeria.

O SR. CARLOS APOLINARIO – Moleques! Isso não é reivindicação. Cresçam primeiro. Não vou aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Está bem, Sr. Vereador Apolinario. Está correto. Dou apoio. Questão de ordem, pessoal.

- Manifestação dos presentes.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Questão de ordem, Sr. Presidente. A audiência precisa acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Só encaminhamento, por favor. Nós vamos fazer já. Temos aqui outro poder, que é o Legislativo Estadual. Temos um Deputado Estadual e, na combinação feita, não havia a programação de vir um Deputado Estadual. Por respeito aos parlamentares, tantos estaduais – dois aqui presentes, o Sr. Rui Falcão e o Adriano Diogo e também o Deputado Federal Carlos Zarattini - e, por respeito, ao Congresso Nacional e à Assembleia Legislativa, incluí no final.

Falou o Movimento, que nem tinha ainda... depois falou a sociedade civil, falou o Vereador e eu introduzi um Deputado Estadual. O que fugi do combinado? É essa confusão que está montada.

Então, peço a todos vocês, por favor, tranquilidade! Queremos conseguir um resultado para a sociedade. A partir deste momento, o Rui Falcão tem cinco minutos para falar.

O SR. RUI FALCÃO – Bom dia a todos. Saúdo o Secretário, os colegas Vereadores, o Presidente dos trabalhos, a quem agradeço a deferência, a solidariedade. Externo a nossa solidariedade do movimento dos deputados do PT na Assembleia, mas vou abdicar da palavra porque eu acho que temos de ceder mais tempo ao Movimento. Não queria

que perturbássemos a possibilidade daqueles que são afetados pelo aumento absurdo da tarifa do transporte, que são vítimas inclusive porque, além do aumento acima da inflação, o aumento do transporte precipita nova taxa de inflação.

Abro mão de me prolongar no debate para que possamos ouvir mais pessoas do Movimento, que é justo, é a voz das ruas. Lembremo-nos todos: estamos acabando de ver no Oriente, no Egito em particular, que, quando o povo não é ouvido, mais cedo ou mais tarde acaba sendo ouvido. Acho que devemos ouvir as pessoas do movimento.(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Agradeço ao Rui Falcão. Pena que as pessoas não compreenderam que você tinha muito a dizer nesta audiência pública, mas obrigado, Deputado.

Informo que o Deputado Federal Carlos Zarattini pediu a retirada do seu nome dentre os inscritos para falar. É pena, vocês não vão saber o que tinha a nos dizer o deputado federal.

Tem a palavra João Vitor, do Movimento Estudantil.

O SR. JOÃO VÍTOR – Bom dia a todos. Sou estudante da USP e Diretor do DCE Livre. O sistema de transporte público da cidade de São Paulo significa o seguinte: um instrumento que amplia a desigualdade na cidade. Por que fazemos essa afirmação? É muito simples. Hoje, o tempo nos ônibus, o percurso, é muito demorado; os ônibus estão muito lotados. Os corredores não funcionam direito. A passagem se apresenta como sendo a mais cara do Brasil.

Então, para que a população consiga utilizar o serviço público da cidade, como hospital, escola, creche, tem uma barreira de 6 reais. Quem vai conseguir utilizar, de fato, o serviços públicos da cidade é quem tem condições de pagar os 6 reais ou tem um transporte individual ou consegue pagar um táxi. Isso significa, por exemplo, ter na cidade de São Paulo um toque de recolher à meia-noite. As pessoas não podem permanecer de madrugada na rua porque não há ônibus. A opção é: ou elas vão embora até a meia-noite, retornam às suas

casas, ou optam por ficarem na rua até às quatro, cinco horas da manhã.

O cenário de privilegiar o transporte individual, o transporte privado em detrimento do público, do interesse público não é uma particularidade da cidade de São Paulo. Acabamos de ver o nosso Governador Geraldo Alckmin indicando, afirmando que vai haver aumento na tarifa de trem e na tarifa do metrô. Só que podemos pensar que a realidade de privilegiar o transporte individual, o transporte privado, portanto, aumentar a desigualdade, seria uma política específica do DEM, do Prefeito Gilberto Kassab e do Governador Geraldo Alckmin do PSDB. Só que não é uma realidade, ao contrário, diversas cidades com Prefeituras do PDT, do PMDB, do PT, do PC do B estão realizando o mesmo projeto, privilegiando o transporte privado em detrimento do público.

Queremos, defendemos o retorno do valor da passagem, contra o aumento abusivo. Inicialmente, queremos a abertura de negociações para garantir o retorno ao valor de 2,70 reais. Esse é o objetivo que nos traz a esta audiência pública. Para quem ainda não ouviu direito, informo que a população está na rua defendendo, posicionando-se contrária ao aumento da passagem. Temos um próximo ato marcado para a próxima quinta-feira, na porta da Prefeitura, para iniciarmos negociações com quem deu o decreto de aumento da passagem, com o Prefeito da cidade, Gilberto Kassab.

Está dito!

Muito obrigado!(Palmas)

- Manifestam-se os presentes com palavras de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Vocês vão aceitar mais três a falar?
(Pausa) Mariana, por favor, apresente-me os três nomes dos que irão usar da palavra. Eram oito, vão passar a onze.

Tem a palavra o Vereador Carlos Apolinario.

- Vaias na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – (Fazendo soar a campainha) - Por

favor, pessoal, ordem na Casa.

O SR. CARLOS APOLINARIO – Sr. Presidente, Juscelino; cumprimento também o nobre Vereador Police Neto, Presidente da Edilidade, demais colegas Vereadores, Vereador José Américo, meu grande líder; deputados Rui Falcão, Zarattini e todos vocês presentes.

Sou um vereador do partido do Prefeito, mas sempre aqui me comportei em defesa da cidade, em defesa do interesse do cidadão. Tanto é que em 2004 apresentei projeto de lei aprovado por esta Casa, mas que está vetado. Basta os Vereadores – se quiserem – na próxima terça-feira, derrubarem o veto e dar passagem gratuita a todos os estudantes da cidade de São Paulo. É um projeto da minha autoria, aprovado pela Casa, vetado pelo Prefeito do meu partido. Basta derrubar o veto na terça que a partir de quarta a lei garante passagem livre a todos os estudantes da cidade de São Paulo. Não é de ontem ou de hoje a propositura, ela é de 2004.

Há um projeto de lei de 2006, portanto, há quatro anos apresentei projeto que passou por todas as comissões da Casa, foi votado uma vez, teve 29 votos e precisaria de 37. Se a Câmara de São Paulo quiser votar na terça-feira, a passagem de ônibus será, sim, de iniciativa do Prefeito, porém, terá de ser aprovada pela Câmara Municipal de São Paulo. Quando apresentei esse projeto, eu era líder do Prefeito Gilberto Kassab. Mesmo assim apresentei um projeto à Casa tirando das mãos do Prefeito a prerrogativa total de colocar preço nas passagens. Estou trazendo para a Câmara, está pronto, prontinho o projeto. Basta querer que, terça-feira, votamos o projeto, com 37 Vereadores, e as passagens quando o Prefeito quiser aumentar, ele manda projeto para a Câmara. A Câmara vai estudar todas as planilhas, vai saber se o diesel aumentou ou se está mais barato. Vai saber tudo, e só depois a Câmara vai votar. Não estou fazendo gritaria, não estou fazendo movimento e nem saí por aí divulgando projeto. Eu era Líder do Governo e apresentei o projeto. Então se vocês quiserem passagem gratuita, é só derrubar o veto; se quiserem que a Câmara decida, basta que ela decida e vote, na terça-feira, esse projeto. E também apresentei há dois anos, em 2008, o

projeto que cria o pedágio urbano e a tarifa zero para a população. Não sei se vocês se lembram de que, na campanha, quando o Sr. Prefeito estava na televisão, a Prefeita Marta, às vezes, dizia: “Kassab, você diz que é contra o pedágio, mas o seu líder está criando pedágio”. E eu criava pedágio com tarifa zero. Foi para a Comissão de Justiça da Casa e disseram que era inconstitucional dar tarifa zero para a população. A Comissão de Justiça aprovou, dizendo que não podia dar tarifa zero, que meu projeto era inconstitucional. Apresentei outro projeto sem colocar a tarifa zero. Então se quiserem criar o pedágio e dar tarifa zero para a população, tem um projeto do Carlos Apolinario, que está há dois anos parado na casa, e parado há mais de seis meses na Comissão de Justiça. Então não estou fazendo demagogia e nem fazendo polêmica. O Vereador do Prefeito Kassab, Líder do Democratas, apresentou três projetos que atendem a reivindicação de vocês.

Quero encerrar com uma pergunta ao Sr. Secretário, que disse que 250 mil deficientes e 650 mil idosos dão um gasto de 200 milhões. Gostaria de saber se esses 250 mil deficientes e esses 650 mil idosos usam ônibus todos os dias, para dar um gasto de 200 milhões? Se só a metade dos deficientes e dos idosos andam, então são 100 milhões. Será que todos usam? Será que esses 250 mil deficientes andam de ônibus? Os 650 mil idosos andam de ônibus todos os dias? Com certeza não.

Encerro dizendo a vocês: me perdoem a veemência quando defendo as prerrogativas da Casa, porque vocês vão bater na porta do Prefeito na semana que vem, na porta do Secretário, mas, se vocês quiserem mudar a lei, vocês precisarão dos Vereadores da capital de São Paulo. E eu me coloco à disposição. Não sou contra o Sr. Prefeito; pelo contrário, sou seu amigo e o defendo, mas sou amigo da cidade de São Paulo. E se for para valer, respeitando a Câmara, eu estarei junto para mudar as leis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra o Sr. Diego Vilanova,

da Apeoesp. Antes, porém, de passar a palavra, gostaria de dizer à Vereadora Juliana que nós voltamos à original. O Deputado Adriano pediu a palavra. Então, conforme combinado, os outros dois deputados abriram mão, porque a senhora disse que nós mudamos. Então também tiro a palavra do Deputado Adriano Diogo.

O SR. DIEGO VILANOVA – Bom dia a todos. Sou Diego Vilanova, professor da rede estadual e municipal de ensino e conselheiro estadual da Apeosp, pela Oposição Alternativa. A Apeoesp é o sindicato estadual dos professores. Vim aqui por três motivos. Quero parabenizar o movimento estudantil organizado, que tem trazido o debate do aumento da passagem. Quero dizer que participei do movimento estudantil, e também debati, há muitos anos, a questão do passe livre.

Sr. Secretário, assisti a uma entrevista do senhor, na semana passada, na SPTV. Ontem eu tive a oportunidade de ouvir o senhor dando uma entrevista na CBN, e hoje eu tive a oportunidade de ver o senhor fazer o mesmo discurso ensaiado tecnicamente. O senhor, de forma hipócrita, atribui o aumento da passagem à gratuidade dos deficientes físicos, idosos e estudantes que pagam meia. Quero lhe dizer que esse preço absurdo da passagem tem um responsável: o processo de privatização do transporte público. Não dá para admitir que venhamos fazer o debate do aumento da passagem e fiquemos discutindo que o transporte público não seja público; que o direito de um trabalhador de se locomover pela cidade seja tratado como uma rubrica. Então, Sr. Secretário, a primeira discussão deve ser sobre um transporte público, gratuito e de qualidade para todo mundo. (Palmas) Há dez anos – e aí quero esclarecer ao Vereador Apolinário –, o Movimento Passe Livre fez uma plenária à época do mandato do ex-Vereador Beto Custódio, em que apresentamos o projeto de passe livre para os estudantes, que foi apropriado, alterado e aprovado por este Vereador que veio aqui desrespeitar o movimento estudantil. (Palmas) Enquanto continuarmos tratando o acesso à educação, ao transporte público e à saúde como rubricas de ajuste orçamentário, e não como um direito, estaremos discutindo o sexo dos anjos, porque quem sai ganhando com essa

discussão são os empresários que hoje controlam o transporte público na cidade de São Paulo. Não sei se todo mundo tem conhecimento, ou se o Secretário e alguns que falaram aqui esqueceram de dizer, mas o transporte em São Paulo era controlado pela CMTA, uma empresa pública que foi privatizada. Fatiaram o transporte público municipal entre um grupo de empresários que têm enriquecido ano a ano com o transporte público. Sr. Secretário, pelo amor de Deus, vir dizer que três reais é um valor razoável para a classe trabalhadora desta cidade é um disparate, uma falta de respeito. (Palmas) Eu dou aula na zona Leste, em São Paulo, na região do Itaim Paulista. Nasci e me criei no Campo Limpo. Acho que o Netinho e outros aqui são da região. Existe a realidade do jovem, do estudante que quer ter acesso à educação, ao teatro, ao cinema, ao jogo de futebol. Pagar três reais para ir e três reais para voltar? O professor municipal ou estadual não paga meia passagem, e tem de se locomover para duas ou três escolas. Não sei se vocês sabem, mas nós também não recebemos o auxílio transporte proporcional ao salário. Esse caos no transporte se deve ao fato de que discutimos o aumento da passagem, mas não o transporte. Os senhores já se aventuraram, Sr. Vereador que preside Comissão e Sr. Secretário Municipal de Transporte, a andar nas linhas de ônibus da cidade de São Paulo? Pegue a Sapopemba-Dom Pedro, ou a Parelheiros-Santo Amaro. (Palmas) Se você levantar o pé, você não coloca no chão. Então vamos discutir seriamente sobre o que se tornou o transporte público na cidade de São Paulo depois da privatização, que, infelizmente, devo fazer a crítica, que a Prefeita Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, seguiu e aprofundou, o que é também extremamente contraditório. E quero cobrar dos Vereadores do Partido dos Trabalhadores, que, infelizmente, também aplicaram esse projeto de privatização.

Então, Sr. Secretário e membros da Comissão, gostaria de dizer, em nome dos trabalhadores da educação da minha região – Itaim Paulista e São Miguel –, e com a licença do movimento estudantil, que esse aumento de passagem não é compatível com a condição de transporte público, em que os ônibus se tornaram depósitos humanos; são latas com rodas. E vir aqui dizer que um trajeto e meio é 1,83, fazer esse discurso ensaiado não convence. O que

vai convencer é quando tivermos um transporte público que permita às pessoas se locomover com segurança e tranquilidade para o trabalho, para a escola, para o teatro, para o cinema. E isso só é possível com a estatização do transporte público, para que saia da mão dos empresários, que só visam aos lucros. Trata-se de um serviço que é um direito do trabalhador, e, portanto, um dever do estado assegurá-lo. Enquanto discutirmos com essa lógica, Sr. Secretários e Vereadores, não estaremos debatendo o transporte público na perspectiva dos trabalhadores. (Palmas)

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra, para uma questão de ordem, a nobre Vereador Juliana.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sr. Presidente, não é verdade o que foi dito aqui, de que a Vereadora teria podado a palavra dos deputados. O que eu estava falando é que teríamos de fazer o combinado: um parlamentar e um do movimento; um parlamentar e um do movimento. Não venha me dizer que eu tirei palavra de deputado. Quero esclarecer que eu não posso podar palavra de deputado ou de parlamentar nesta Casa, que é do povo.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Vereadora Juliana, o combinado com o movimento, os Vereadores e o Presidente desta Casa foi o seguinte: o movimento, o Secretário; oito do movimento, que passou a 11; Vereadores, 5; e mais 8 da sociedade civil organizada. Não tem deputado estadual e nem federal combinado. O combinado foi a participação de Vereadores.

- Manifestação na galeria.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu não quero tumultuar.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Eu queria que a senhora conversasse...

A SRA. JULIANA CARDOSO – Não, Sr. Presidente, não venha colocar uma responsabilidade que é da Casa. Aqui nós recebemos os convidados. Os parlamentares têm

direito à fala.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Mas a senhora falou que não aceitaria modificação.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Não, eu falei no sentido de combinar.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Falou, Vereadora Juliana.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Esta Casa é respeitosa; o Presidente Police Neto está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Eu quero combinar o seguinte...

A SRA. JULIANA CARDOSO – O Vereador Police Neto está aqui, e recebe os deputados aqui, sejam eles quais forem. Então não venha me responsabilizar por ter podado a palavra dos deputados nesta Casa.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Façamos o seguinte, nobre Vereadora Juliana: converse com Zara, Rui e Adriano. Se os três falarem, eu aceito.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Pedirei uma gentileza ao movimento: o Vereador Adilson Amadeu tem uma consulta médica. Então queria ver se seria possível trocar a ordem das falas. Pode ser? (Pausa) Então, por favor, tem a palavra o nobre Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente desta Casa, Vereador José Police Neto; Sr. Presidente desta sessão, Vereador Juscelino Gadelha; nobres Vereadores; Deputado Federal Zarattini, Deputado Estadual Rui Falcão, Deputado Adriano Diogo e Secretários presentes. Realmente é muito justa a presença dos senhores aqui; aliás, poderiam estar aqui todos os dias. Podem contar com o meu voto de veto, para que os senhores realmente fiquem isentos da tarifa. Quero apenas fazer um desabafo. Saí do hospital, onde estava fazendo uns exames, pois fiz questão de vir aqui. E não é demagogia, porque não preciso e não quero,

permitam-me falar assim, de nenhum tipo de voto dos senhores. Os senhores estão corretos. Jovens vieram falar aqui sobre a locomoção. Falaram de uma parte da zona Leste, de Sapopemba para cá, até Dom Pedro, mas não falaram da Cidade Tiradentes, que a pessoa, para vir e voltar ao trabalho, leva duas horas e 25 minutos, mais hora de almoço. A pessoa fica oito horas travada, sem condição de vida. Quem vai falar é Adilson Amadeu. Eu sou um menino feio hoje; o Vereador feio do Sr. Prefeito, e eu era amiguinho dele. Só que hoje ele tem outros amigos. Nada contra os Secretários. Aliás, ex-Secretário Bussinger, a Conta Sistema é a maior gordura que temos na cidade de São Paulo. Uma vergonha. O Ministério Público tinha de entrar com tudo e apresentar realmente o que é essa Conta Sistema. Agora vou falar uma coisa que os senhores têm de gravar, e que eu vou levar à frente sozinho: por que tudo acontece de forma orquestrada na cidade de São Paulo? Essa novela que nem é da Globo. Quem organiza tudo isso? Quem faz a planilha? E quem faz algo que atinge todos nós – meus filhos, minha família? Porque, hoje, o Sr. Prefeito, os Secretários e os Subprefeitos só andam de helicóptero. Eu fui presidente da CPI das Enchentes. Ia, de madrugada, ver os locais crônicos da Cidade, e os Secretários e os Subprefeitos iam de helicóptero. Mas sabe quem organiza essas tarifas, há anos? Quem é amigo íntimo dos empresários que não pagam os impostos, e que nós podíamos ficar anos e anos sem pagar tarifa? Vamos registrar! Chama-se Pedro Kassab, o irmão do Prefeito. Ele é quem faz a planilha toda.

- Manifestação na galeria.

O SR. ADILSON AMADEU – Então os senhores têm de marcar uma audiência, não com o Sr. Prefeito, e sim com o Sr. Pedro Kassab. Agora vou fazer os meus exames com a maior tranquilidade, e vou tomar um Frontal para dormir até segunda-feira. Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra a Sra. Jasmim Ataíde.

- Manifestação na galeria.

A SRA. JASMIN ATAÍDE – Bom dia, companheiros. Venho aqui para dizer, em primeiro lugar, que discordo de muitas coisas que foram ditas por esta Mesa, mas, principalmente, quando foi dito que o usuário, ao pagar a tarifa, paga o direito de se locomover. Isso é errado, porque o transporte é um serviço que é um direito, e não uma mercadoria. Não deve ser tratado como mercadoria, seguindo as lógicas do mercado. Discordo, principalmente, porque essa tarifa não apenas cobre os gastos com os serviços de transportes, mas também serve para cobrir os lucros dos empresários de transporte, que exploram cada vez mais operários, trabalhadores e estudantes, que não têm, com isso, garantido o seu direito a estudar, a ter lazer, a trabalhar, porque milhões de trabalhadores ficam nas ruas. Não voltam para casa porque não têm dinheiro para pagar as tarifas, porque recebe um salário de fome, de 540 reais, quando o ideal, o salário mínimo vital, deveria ser 3.800 reais. Mas não conseguem. Então ficam nas ruas, porque três reais é um assalto ao trabalhador e às demais pessoas que usam o transporte público. Companheiros, não devemos nos iludir com esses Parlamentares, com esses senhores, pois eles representam os interesses da burguesia, não os nossos, dos estudantes e trabalhadores. Eles representam os interesses dos capitalistas que coordenam os transportes, e não os nós. Aliás, nós deveríamos gerir todas as nossas necessidades: saúde, educação e transporte. (Palmas) Então reforço o que disse: não devemos ter ilusão com os Parlamentares. Nós temos de ter confiança e força na nossa atitude, no nosso movimento, que tem força e deve ocupar as ruas e avenidas.

Não temos força, o movimento tem de ir para as ruas e avenidas, ocupá-las, temos de ter confiança numa ação direta e não vir, simplesmente forçar, isso não vai levar a nada porque esses senhores apenas defendem os interesses capitalistas. (Palmas)

O passe livre só será garantido quando estatizarmos o transporte, estatização sem indenização aos capitalistas dos transportes. Portanto, faço uma convocação a todos os sindicatos, entidades estudantis, que convoquem todos com mais firmeza suas bases para que, no próximo ato, encham as ruas porque só assim conseguiremos reivindicar e

conseguiremos as conquistas das reivindicações. Vamos às ruas companheiros, pois devemos ter força no nosso método de ação direta.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Gostaria de anunciar a presença da nobre Vereadora Sandra Tadeu.

Tem a palavra o Sr. Tarcísio Boaventura.

O SR. TARCÍSIO BOAVENTURA – Bom dia a todos. Acho que o pessoal falou bastante em números, tanto os Vereadores, como também os Secretários, mas não é só isso.

Sou representante de uma entidade que se chama União Paulista dos Estudantes Secundaristas, a UPES, que representa os estudantes secundaristas do Estado de São Paulo. Esses estudantes são os mais prejudicados como o aumento abusivo das tarifas, que está acontecendo em São Paulo agora. Essa realidade não é só daqui, isso está acontecendo em todo o Estado, em todo o Brasil, e ninguém toma uma atitude.

As entidades defendem a educação e os nossos líderes, aqueles em que votamos e estão representando o povo devem apresentar os dados. Não somos nós que temos de vir aqui apresentar números, planilhas, são os senhores que devem apresentá-las para nós, pois sabem mais da nossa realidade do que muitos dos trabalhadores que estão aqui e são enganados e iludidos.

Hoje, com o aumento da passagem, muitos deles não têm nem como se rebelar e participar das manifestações. Graças ao movimento de juventude, graças à juventude consciente do nosso País, que há mais de 500 anos defendem os interesses da população, é que movimentações como essa acontecem e hoje temos um espaço para falar.

A Casa do Povo recebe o povo. E nós devemos ser os primeiros a saber de movimentações como essa, que vão contra o direito do povo, porque o problema maior é que o estudante está ficando fora da escola, o trabalhador está tendo que andar vários quilômetros de bicicleta porque não tem o dinheiro da passagem. Nós não queremos saber da inflação,

esse não é um problema nosso, o problema é que tem trabalhador e estudante fora da escola, fora da Universidade, do seu local de trabalho porque não consegue pagar a passagem. Os líderes que escolhemos não têm capacidade de liderar de maneira que defendam os interesses daqueles que os elegeram.

Portanto, senhores governantes e todos aqueles que podem transformar alguma coisa, o movimento estudantil, de juventude, o movimento popular vai continuar acontecendo, nunca vai parar. Esperamos que ninguém tenha de colocar fogo no corpo para o movimento poder atingir a realidade do que queremos conquistar aqui. Queremos que o transporte público sirva de interesse àqueles que dele se utilizam: que é a população carente, que sofre cotidianamente.

Dentro das escolas, esses mesmos jovens que não têm hoje acesso a um transporte público de qualidade para se deslocar, para ter acesso à universidade, à escola, à cultura e ao lazer, é o mesmo que sofre com uma escola que tem vidros quebrados, professores que não recebem adequadamente, que não possui merenda escolar de qualidade. Então, quando a sociedade civil vem a essa Casa se manifestar, não é somente pela questão do transporte, é muito mais do que isso, portanto, vamos nos ater ao que o povo fala cotidianamente. Os que estão aqui são pessoas de bem, que sabem o prejuízo maior de quem sofre, e muitas delas não possuem nem a condição de estar nas ruas, aderindo às nossas manifestações. Vemos hoje quando ocupamos as ruas do Centro, quando ocupamos a Av. Paulista, que os trabalhadores de dentro do ônibus aplaudem e querem estar do nosso lado, mas não podem porque a sociedade oprime tanto que nem o direito à luta, como a gente faz hoje, eles têm.

As pessoas que foram eleitas estão aqui e envergonham cada vez mais a população brasileira. Acho que é isso que vai acontecer no Brasil inteiro, as nossas manifestações vão continuar acontecendo. Estamos aqui numa manifestação contra o aumento abusivo da passagem e a União Nacional dos Estudantes, União Brasileira dos Estudantes, as

entidades estaduais, as entidades municipais do País inteiro estão convocando agora para participarem no mês de março da Jornada de Luta, que vai lutar para que o nosso País garanta para o nosso jovem e para a população o acesso ao transporte porque queremos ter permanência e qualidade dentro da escola.

O passe livre estudantil garante nosso acesso à escola, queremos também material pedagógico de qualidade, numa escola que venha a cumprir o que é para ser cumprido, ou seja, formar o cidadão crítico. Espero que venhamos a escolher pessoas qualificadas para defender os nossos interesses e os nossos ideais, porque o maior problema que vem acontecendo é esse aumento. Amanhã, a manifestação vai ser contra o preço abusivo do metrô e depois contra a merenda escolar que não é de qualidade, contra a Universidade que não coloca o filho do trabalhador dentro dela. E as manifestações vão continuar acontecendo porque o nosso caráter é o de luta, então, a gente chama à responsabilidade daqueles que nos lideram hoje no Poder Público para poder nos representar, de fato, e que consigamos assim conquistar a sociedade que desejamos: que é uma sociedade justa em que o trabalhador, o jovem, o povo brasileiro tenha mais voz do que qualquer empresário.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra o nobre Vereador Chico Macena.

O SR. CHICO MACENA – Bom dia a todos, bom dia Secretário, bom dia Vereadores da Mesa. A primeira pergunta que eu faria ao Secretário - na verdade, quero reforçar uma pergunta que o Vereador Donato fez - é se o Secretário aceitaria que se fizesse uma auditoria na conta sistema e, porque não dizer, uma auditoria também na planilha. Dependendo da resposta do Secretário, queria sugerir ao Presidente da Mesa que foi até então Presidente da Comissão de Transportes dessa Casa, Vereador Juscelino Gadelha, e ao Presidente da Casa, Vereador José Police Neto, que, caso o Secretário não ache necessário fazer essa auditoria, temos prerrogativa nesta Casa para fazê-lo, com poder fiscalizatório.

Inclusive se José Police Neto autorizar, como Presidente da Casa, a Comissão pode contratar consultores, pessoal técnico especializado para que chequemos cada um dos números que ora é apresentado pelo Secretário que, de antemão, já apresentamos divergências.

Foi falado do combustível, mas podemos chegar a falar da quilometragem que aumentou. Se é verdade que aumentou a quilometragem rodada, qual a relação disso com a racionalização do sistema? Não é uma contradição ser apresentado aqui o tempo todo que tem diminuído o tempo de viagem – e essa é a propaganda na imprensa - é uma racionalização do sistema e a gente recebe aqui, constantemente, moradores reclamando que aumentou a viagem a pé porque a linha foi eliminada e agora ele tem de se dirigir ao terminal.

Quais foram os investimentos realizados no transporte coletivo nessa Cidade? Temos um documento, de 2007, do Frederico Bussinger, que falava da renovação da frota, renovação não só pela idade, mas inovações tecnológicas e estava embutido, naquela época, no preço da tarifa. Se esses investimentos não foram realizados, para onde foi esse dinheiro? O que foi feito com esse dinheiro?

Aqui há um valor, Secretário, que tenho uma dúvida: que são 33 milhões para operações dos terminais. A dúvida é se esse valor está incluso no orçamento da São Paulo Transportes, que possui um orçamento para a gestão dos terminais? Acho que são questões que nós todos deveríamos esclarecer, É dever dessa Casa, e aí quero o compromisso do Jamil, Claudio, Netinho de Paula, de todos os Vereadores aqui presentes, da Bancada do PT, pois nós, com a prerrogativa de Vereadores dessa Casa, podemos fazer essa auditoria. Vamos checar a planilha, com os recursos que essa Casa possui, para, inclusive, deixar muito transparente para a opinião pública, porque eu acho que esse aumento é abusivo, insuportável.

Por último, usando até um termo que o Frederico Bussinger usou, gostaria que o Secretário nos dissesse se três reais, que é o que tecnicamente ele acha que vai ser o preço da tarifa e é o preço da tarifa, qual é o valor que ele acha justo da tarifa, do ponto de vista

social? São três reais, Secretário? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra o Sr. João Paulo Gatti, da sociedade civil organizada.

O SR. JOÃO PAULO GATTI – Bom dia a todos. Primeiramente, é importante valorizar todo movimento que foi organizado por diversas entidades e que levou a população às ruas, porque se isso não fosse feito tenho certeza de que estaríamos fazendo outra coisa, menos estar aqui neste momento.

Acho importante debatermos o assunto da tarifa, pois quem é prejudicado são as pessoas da periferia de São Paulo, inclusive, muitas dessas pessoas jamais chegaram a ir à Av. Paulista, que é aqui do lado, e isso é uma coisa totalmente inadmissível.

Tenho certeza de que se o cidadão, em vez de pagar seis reais na passagem de ônibus, pagasse uma tarifa mais baixa, provavelmente, favoreceria para que o dinheiro economizado fosse gasto nas demais regiões periféricas da Cidade. Isso faria com que a economia da própria região fosse mais movimentada, conseqüentemente, geraria mais emprego e melhoraria a situação da vida das pessoas.

Acredito que é totalmente válida a luta pelo passe livre estudantil e, futuramente, o mais rápido possível, para toda a população trabalhadora e assim por diante. Se o transporte é público significa que nós já pagamos por meio dos impostos. Seria a mesma coisa que pagar uma mensalidade da escola pública o que seria uma coisa totalmente inadmissível.

Acredito que seja importante pressionarmos cada vez mais, chamar mais gente para as ruas. Temos um problema porque as manifestações são sempre às quintas-feiras, que é justamente o horário que a população está trabalhando, e muitos já voltaram às aulas, portanto, é importante que nós, que temos a oportunidade de estarmos aqui hoje, continuemos esse movimento forte porque se as pessoas estão trabalhando temos o dever e a oportunidade de lutarmos por elas e por nós mesmos.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra o Sr. Carlos Eduardo

Cerqueira.

O SR. CARLOS EDUARDO CERQUEIRA – Bom dia a todos. Sou Presidente da União Estadual dos Estudantes, morador de São Mateus, Jardim São Gonçalo, e utilizo ônibus todos os dias para ir de casa à Universidade.

Ao se construir essa audiência pública, o povo e a juventude de São Paulo saem vitoriosos porque aqui serão as próximas batalhas do desafio de construir uma pressão no Legislativo para que a Casa possa passar a discutir e a decidir sobre o transporte e todas as questões que envolvem as necessidades do povo de São Paulo.

Gostaria de dizer ao Presidente da Câmara que faça um esforço para que mais vezes as audiências aconteçam e sejam bem divulgadas para que a população possa vir a esta Casa.

Sr. Secretário, eu gostaria de fazer alguns questionamentos, não sei se o senhor já pegou algum ônibus em São Paulo, porque os que nós pegamos hoje são todos superlotados e poucos ônibus nas linhas para que a população possa ter um transporte de qualidade. Eu pego ônibus e metrô para chegar a minha casa, e o ônibus não chega. Sabe por quê? Lá para Cidade Tiradentes, que é o único ônibus que pego para chegar a casa, tem sete ônibus na linha e eles vão abarrotados de gente.

Sr. Secretário, será que três reais representa o valor ideal para um transporte que há oito anos não avança em São Paulo? É o valor ideal da tarifa para a população pagar? Eu não sei se o senhor sabe que há trabalhadores que têm filhos, há estudantes que precisam comprar material didático, precisam comprar livros e são seis reais ida e volta. Como vamos fazer?

Sr. Secretário, em nome das entidades estudantis se o senhor não tem capacidade para diminuir o valor da tarifa em São Paulo peça demissão. Coloque a sua demissão na mesa do Prefeito porque o movimento não vai parar, nós queremos reduzir a tarifa. Há oito anos os terminais estão lotados, os empresários que bancam a maioria das campanhas eleitorais têm

se privilegiado para poder diminuir o transporte da população brasileira e da população da capital de São Paulo. E o senhor vem aqui dizer que nós pagamos 1,85? Eu não pago 1,85, Sr. Secretário, pago seis reais todos os dias para ir e voltar, e pago até mais porque tenho de ir para Universidade.

Queremos debater e é preciso que a população possa participar do Conselho. Eu não sei quem são os membros do Conselho de Transporte de São Paulo. O senhor poderia responder essa questão?

As entidades estudantis não estão dentro do Conselho, a população não está dentro do Conselho; ou seja, a caixa-preta do transporte da cidade de São Paulo precisa ser aberta. Senão, Sr. Secretário, daqui a cinco, seis anos, vamos pagar quanto de tarifa se, anualmente, esse valor sobe? No domingo, subirá para 2,95 reais a tarifa do metrô. Quando tivemos uma audiência pública nesta Casa de Leis, perguntamos o seguinte: “A tarifa irá subir, Sr. Secretário?”. O Secretário não nos disse nada, não disse se iria subir ou não, e acabou elevando a tarifa para 3 reais. Além disso, o metrô, uma empresa estatal, vai também reajustar a tarifa. Se a cada ano tivermos o reajuste na tarifa, daqui a uns tempos estaremos pagando 15 reais para podermos andar; ou seja, haverá uma exclusão dos trabalhadores, da juventude que mora nas periferias da Cidade em todos os seus quadrantes – pessoas que já não têm acesso, por exemplo, a um cinema. Não sei o Sr. Secretário sabe, mas há jovens que até hoje não conhecem a Avenida Paulista.

Acredito na valorização da representatividade dos parlamentares que foram eleitos. Acredito que as mobilizações têm também de continuar e ser legitimadas. Agora, precisamos chegar a uma decisão, e a decisão, em nossa opinião, é redução da tarifa, é valorização do debate sobre o transporte público local e valorização do povo de São Paulo, que merece respeito e uma melhor condição, Sr. Secretário.

Ficam as perguntas e o seguinte desafio: se V.Exa. não conseguir reduzir o preço da tarifa, encaminha sua demissão ao Sr. Prefeito. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Dando sequência, passo a palavra ao Vereador José Américo.

- Manifestações na galeria.
- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Bom dia a todos. Bom dia ao Presidente da Comissão de Trânsito, Vereador Juscelino Gadelha; ao Presidente da Casa, Vereador José Police Neto; aos Vereadores; às lideranças do Movimento Passe Livre e aos estudantes.

Quero dizer que o sistema de transporte em São Paulo merece uma discussão profunda, que envolve desde o seu custo até a sua estrutura. A Cidade tem de fazer uma reflexão sobre isso e tomar decisões dramáticas e sérias. Temos um atraso absurdo em relação ao metrô, se nos compararmos com qualquer cidade importante do mundo. Temos um atraso formidável, já que optamos por um sistema de transporte baseado em ônibus na construção de corredores e no desenvolvimento de obras fundamentais para melhorar o trânsito e a velocidade do sistema.

Mas eu gostaria de não ir muito além neste momento – embora devamos fazer essa discussão nesta Casa – e ater-me à questão da tarifa, pois, num certo sentido, ela sintetiza o modo como o transporte é tratado na nossa cidade. Exmo. Sr. Secretário Marcelo Branco – e aproveito para elogiar sua participação, sua presença nesta Casa hoje -, a planilha de custos foi criada para tornar transparente e democrática a discussão dos custos do sistema. Essa planilha apresentada hoje é uma planilha absolutamente fora da realidade, é absolutamente não fundamentada e, na minha opinião, precária e amadora, transformando, portanto, esse aumento último em um aumento absolutamente ilegal – não só injusto como ilegal.

O óleo diesel está previsto na planilha por mais de 1,85 real o litro; no entanto, na Petrobrás ele pode ser comprado por 1,70 o litro. Houve um registro de aumento no quilômetro rodado sendo que, na verdade, o trânsito de São Paulo, segundo a própria CET, diminuiu de 2009 a 2010. V.Exa. expõe a necessidade de economizar o subsídio previsto para fazer outro

tipo de investimento no sistema de transporte.

Em primeiro lugar, quero dizer, Secretário, que o subsídio aqui previsto está acima do que seria necessário. Se multiplicarmos o 0,27 – segundo a própria planilha – pela quantidade de viagens previstas para o ano de 2011, veremos que essa conta dá 430 milhões, sobrando, portanto, 300 milhões acima. Então, a previsão de subsídio está muito acima daquilo que seria necessário para cobrir o 0,27.

Mas não quero falar contra o subsídio, e sim contra a qualidade do transporte e o aumento da tarifa. O Vereador Donato já havia feito esta proposta na Bancada do PT: vamos entrar na justiça contra esse aumento, porque a planilha, em nenhum momento, consegue justificá-lo. Ela manipula dados, põe dados errados e só me leva a crer que a decisão de aumento de 2,70 reais para 3 reais é uma decisão absolutamente política, de uma conta sistema que – como disse o Vereador Adilson Amadeu, presente – está gorda e precisa ser aberta.

Esta Casa, portanto, precisa realizar uma auditoria da conta-sistema, e, mais imediatamente, uma auditoria dessa tarifa e dessa planilha; mas, principalmente, precisamos recorrer à justiça contra esse aumento absolutamente ilegal, que, além de não se justificar, penaliza os trabalhadores.

Um dos elementos fundamentais da inflação na cidade de São Paulo, principalmente na cesta básica das classes mais pobres, dos trabalhadores, é, com certeza, a tarifa de ônibus. Essa tarifa, portanto, está influenciando a inflação. O objetivo desse aumento é meramente político. Primeiro, ao não exigir das empresas a contrapartida que elas devem ter ao receberem o subsídio. As empresas não conseguem manter horário, e não há fiscalização a contento. A Prefeitura, por sua vez, não investe, e a tarifa é aumentada provavelmente com algum objetivo político de deixar a conta-sistema relativamente bem equacionada, para não se precisar gastar mais dinheiro nisso, e de impedir que se antecipem aumentos em ano eleitoral.

Resumindo, esse aumento é abusivo, absurdo e tem de ser revogado na luta do

Movimento nas ruas, na justiça ou até por esta Câmara Municipal, pois ele é absolutamente injusto e ilegal. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra o Sr. Sérgio Renato Magalhães, do movimento estudantil.

- Manifestações na galeria.

O SR. SÉRGIO RENATO MAGALHÃES – Bom dia, companheiros. Sou do Sindicato dos Metroviários de São Paulo. Trago algumas informações em relação ao metrô.

Hoje o metrô tem 68 quilômetros em São Paulo e está há 40 anos em operação. Isso significa menos de 2 quilômetros por ano, a menor taxa de crescimento do mundo. Hoje o metrô de São Paulo carrega mais de 4 milhões de passageiro, o maior carregamento do mundo. Isso significa 11 pessoas por metro quadrado. Quem pega metrô no horário de pico conhece o drama.

A ampliação recente do metrô, que tem como espelho a Linha 4, apresentada pela imprensa e pelo Governo como metrô, não é metrô, é privado. Aqui também há *Guinness*: 11 trabalhadores morreram na obra e na operação da Linha 4 – Amarela, que é privada. É a maior taxa de óbito, de acidente no mundo em obra de metrô. Isso, porque o modelo de privatização, a Parceria Público-Privada, dá total autonomia ao setor privado para que ele aufera lucro. O Estado – que significa dizer nossos impostos – financia o setor privado: 70% do financiamento foi público, direcionado ao setor privado para construir esse tipo de obra. Apesar disso, a Linha 4 ainda não consegue operar, o sistema todo não se comunica, porque se tratam de duas empresas privadas diferentes.

Agora, o Governo trouxe uma novidade para nós, e o Sindicato traz essa denúncia a esta Casa: a Linha 5 – Lilás, cujo pequeno trecho já construído custou aos cofres públicos 1,3 bilhão de reais está sendo objeto de proposta do Governo, que quer privatizá-lo. E não é privatizar a obra futura, como se deu com a Linha 4: é entregar o que já está construído. Não bastasse o modelo da Linha 4, privado, que está dando no que vocês estão vendo, agora o

Governo propõe privatizar-se a Linha 5, de Capão Redondo. Linha 4 e 5 significam, segundo cálculos da Pesquisa OD – Origem/Destino, um dos maiores carregamentos. O lucro está dado. Pela Parceria Público-Privada, a empresa privada tem garantia de lucro porque o carregamento está calculado: Linha 4, 900 milhões de passageiros.

Trago hoje a posição dos trabalhadores metroviários, não do Sindicato. Nós já votamos em assembléia sobre o aumento da passagem do metrô: o Sindicato dos trabalhadores metroviários é contra. Nós temos condições de dizer isto: esse aumento não é necessário. Numa cidade fragmentada como é São Paulo, onde os trabalhadores e a população não conseguem se locomover, onde existem verdadeiros bantustões, regiões das quais as pessoas não conseguem sair, as propostas de transporte e trânsito acabam por ampliar essa fragmentação. O aumento da passagem, o pedágio urbano, todas as propostas sobre transporte ampliam essa fragmentação, e, por consequência, ampliam a violência, as desigualdades sociais, os problemas que a Cidade têm.

Quero convidar a todos porque na segunda-feira, às 6 horas da manhã, o Sindicato dos Metroviários, o Sindicato dos Ferroviários e esse movimento distribuirão uma carta à população, nas estações Barra Funda, Brás, Itaquera e Consolação, do metrô, e nas estações Berrini, Osasco, Santo Amaro e Grajaú, de trem. Convido todos os presentes a participar dessa panfletagem. Nessa carta aberta constará nossa posição contra o aumento dos ônibus e do metrô.

E no dia 23, no Sindicato dos Ferroviários de Sorocabana, que fica na Estação Presidente Altino, na Rua Reverendo João Euclides, haverá uma segunda reunião de entidades contra a privatização do metrô, contra a privatização das ferrovias, contra o aumento das tarifas e em defesa da população. Todos estão convidados. Vamos imprimir força nesse movimento. Vamos à luta! Obrigado. (Palmas)

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra o Vereador Jamil

Murad.

O SR. JAMIL MURAD – Cumprimento o nobre Vereador Juscelino Gadelha, Presidente da Comissão de Transportes desta Casa; o nobre Vereador José Police Neto, Presidente desta Casa; o nobre Vereador Netinho de Paula, o 1º Secretário desta Casa; meus colegas Vereadores presentes; e os Deputados Rui Falcão, Zarattini e Adriano Diogo.

Companheiros e companheiras, é uma imensa satisfação participar desse movimento em defesa das camadas mais pobres e sofridas da população. É histórico que milhões de trabalhadores, todos os dias, andam a pé por não terem dinheiro para ir de ônibus; ou, então, que para não pegar duas conduções esses trabalhadores andam um trecho a pé e outro de ônibus ou de metrô. Já na década de 70 já participávamos desses movimentos, mesmo antes do aumento da passagem. Nós nos organizávamos e, muitas vezes, íamos até certos trechos para impedir a circulação dos ônibus, seja por meio de “miguelitos” ou de outras atitudes.

Então, sinto-me hoje como um peixe dentro d’água, nadando num movimento cujo fundamento é legítimo, tem sua razão de ser. Inauguramos aqui esse processo. Se há um movimento legítimo, significativo na sociedade paulistana, temos de trazê-lo para esta Casa. Nós – o Presidente e os componentes da Mesa Diretora desta Casa – recebemos vocês lá e dissemos à polícia que não se tratava, o movimento, de questão policial, mas de questão social. Dissemos: “Vamos ouvi-los, vamos trazê-los para a Câmara”. Porque, se fosse na marra, o Secretário teria 30 dias para marcar uma data. No entanto, nesta Casa houve um acordo com o Executivo para que o Secretário prestasse contas à população, pois, somente pelo que nos é oferecido pela televisão e pela Internet, não só os presentes, muita gente na cidade, ou fora dela, pode saber porque houve esse aumento.

Sou a favor da diminuição da tarifa, só para registrar a minha posição. Esta audiência pública tem um significado histórico; ela vai se desdobrar em outras audiências públicas para tratar de outros temas importantes para o povo de São Paulo, e a Câmara tem de

servir para isso. Saibam que, seja em São Paulo ou em qualquer outra grande cidade, o *lobby* das empresas de ônibus é muito pesado; elas têm força no Parlamento, no Executivo, no Judiciário, nos meios de comunicação. Por isso precisamos nos mobilizar, fazer a nossa pressão e o nosso jogo a favor de nós mesmos, da nossa população.

O transporte coletivo é a solução, mas há facilidades em relação ao transporte individual, que consome mais petróleo, e mesmos os governos, em seus vários níveis, recebem impostos do petróleo consumido e sobre cada carro que é vendido. Ou isso não é verdade? Então, tem sim de haver pressão por parte daqueles que acham que é o transporte coletivo que vai resolver o problema.

O companheiro do sindicato dos metroviários falou sobre o número de quilômetros de metrô em São Paulo. Isso é uma vergonha, porque nenhuma cidade do tamanho da nossa tem tão poucos quilômetros de metrô, a quilometragem cresce a passos de tartaruga.

Secretário Marcelo, eu gostaria de cumprimentá-lo pelo espírito democrático de vir aqui expor tudo isso. Nós não temos de brigar entre nós e sim exigir, dentro das normas, que S.Exa. preste contas. Ao prestar contas foi questionado a respeito do preço do diesel e do pneu, por exemplo, que estão acima do preço. Assim como está na planilha. Quem é que está mandando nessa planilha? Há Vereadores que levantaram a questão da planilha não ser confiável. Eu também não confio nessa planilha.

Por isso, nós precisamos dar sequência a esse trabalho realizado através dessa audiência, porque a nossa meta é a diminuição da passagem e para isso já começamos a desmontar o esquema do porquê de a passagem ter sido aumentada para três reais, de maneira injustificada. Será que é para construir corredores de ônibus? Mas não dá para construir corredores de ônibus por meio daqueles que ganham salário mínimo. Vamos pegar dinheiro de orçamento de outros locais para construir corredores de ônibus que são necessários. Os Governos Federal, Estadual e Municipal têm de dar dinheiro para ajudar a construir metrô rapidamente em São Paulo? Sim. Mas têm de pegar dinheiro de outro lugar e

não da tarifa por meio daqueles que ganham salário mínimo.

Sou a favor de que Conselho Municipal de Transporte volte a funcionar, das audiências, de três em três meses, de voltar a ter uma empresa pública em São Paulo para servir de parâmetro, de espelho para vermos quanto custa mesmo a passagem. Sou a favor também da renegociação da dívida pública, que era de 11 bilhões e já está mais de 40 bilhões, ou seja, é impagável e suga três bilhões por ano de um dinheiro que serviria para resolver problemas inclusive do transporte em São Paulo. Então, temos de integrar os três Poderes para resolver o problema de mobilidade de transporte em São Paulo, assim como outros problemas.

Por fim, parablenizo vocês. Vamos juntos formar uma comissão de Vereadores para ir até o Prefeito propor a diminuição da passagem, em nome da Câmara Municipal de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Obrigado, nobre Vereador Jamil.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra o Sr. André.

O SR. ANDRÉ – Quero começar a minha intervenção congratulando os 700 excluídos desta audiência pública democrática – que estão tendo suas vozes caladas, sem poder expressar suas diversas concepções, suas linhas políticas e o que pensam desse absurdo – e repudiando esse fato. Na verdade, o tempo de fala que é concedido a cada um expressa bem quais são as prioridades aqui e quem tem o poder decisório.

Quero também retomar o espírito de luta dos companheiros, da juventude e dos trabalhadores do Egito, que, neste momento, à revelia dos agentes do imperialismo e dos agentes da burguesia nacional, estão se mobilizando e estão se fazendo ouvir. Esse é um exemplo que o movimento tem de tomar para si e é a partir disso que temos de nos mobilizar para o próximo período.

Vamos começar uma discussão a partir de um marco geral, porque eu acho que

essa discussão dos transportes se encaixa totalmente na discussão de uma ofensiva contra as condições gerais de vida da população. Ou vocês vão me dizer que a população tem direito à saúde, à educação, à moradia, à transporte ou uma previdência social de qualidade? Não é o caso.

Quero polemizar com o companheiro que disse que é cabível uma tarifa de três reais. É absurdo dizer isso em relação a uma cidade onde há a cesta básica mais cara do País, onde o trabalho é precário e terceirizado, onde existe um processo desenfreado de privatização, onde os hospitais estão cada vez mais nas mãos das grandes empresas, onde existe mais de um milhão de pessoas vivendo com cerca de 190 reais. É no mínimo um absurdo e uma falta de respeito e de responsabilidade vir aqui dizer que é cabível uma tarifa de três reais. Por favor, companheiro!

Eu acho que o que está colocado aqui, como colocou a companheira do Poli(?)... - eu não falei de onde eu sou. Eu sou militante da Lerc(?), do Bloco Anel nas Ruas (?), que constrói a Assembleia Nacional dos Estudantes Livre - penso que o que está bem claro aqui é a imposição de uma lógica imperiosa que vem regendo esta cidade já há muito tempo, e se não fizermos algo isso vai continuar, porque essa é a lógica das grandes empresas, dos grandes empresários e do capitalismo, em última instância. A questão, então, é a organização dos trabalhadores, da juventude, dos estudantes a fim de colocarmos de pé a articulação de um programa que exija imediatamente o passe livre para desempregados e para estudantes, porque o desempregado tem de procurar emprego e por mais precária que seja a situação, as pessoas têm de viver. Aliás, vamos parar de falar de números, nós queremos respostas, acho que essa discussão de números é até cabível, mas já é um consenso o absurdo dessa tarifa de três reais. Se quisermos eliminar essas máfias do transporte, que hoje são quem determina as linhas do transporte público, é necessário colocarmos de pé um programa pela estatização dos transportes públicos, que coloque sob controle dos trabalhadores e dos usuários – que verdadeiramente são os que sabem o drama que vivem – os rumos do transporte.

Temos de parar, então, de discutir números e concepções e temos de ouvir do Secretário quando ele abrirá uma agenda de negociação, porque acho que não é caso de auditoria. A questão é negociação imediata! O movimento determinou isso e a população de São Paulo nos apoia! Temos de rumar para a estatização de todos os serviços públicos do transporte, por meio do controle operário e dos usuários.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Antes de passar a palavra para a Sra. Juliana Cardoso, concedo a palavra ao nobre Vereador Netinho de Paula.

O SR. NETINHO DE PAULA – Rapidamente, Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar este momento para dizer que, Sr. Presidente, segundo avaliações, há quantos inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Da parte do movimento há 5 inscritos. Da parte dos Vereadores, três.

O SR. NETINHO DE PAULA – Portanto, oito pessoa no total.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Exatamente, Vereador.

- Manifestação na galeria.

O SR. NETINHO DE PAULA – Por isso que eu pedi a palavra.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Pessoal, é uma questão de ordem.

O SR. NETINHO DE PAULA – Pessoal, eu acho que as pessoas que se inscreveram e que querem se manifestar...

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Somente a questão de ordem, Vereador. Qual é sua questão de ordem?

O SR. NETINHO DE PAULA – Espere aí, Sr. Presidente, eu não falei nada até agora. Não faça isso comigo, não!

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Mas Vereador Netinho, ainda há oito

peessoas inscritas para falar.

Manifestações na galeria.

O SR. NETINHO DE PAULA – Não faça isso comigo, não.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Está bem.

O SR. NETINHO DE PAULA – A questão é a seguinte: nós, os Vereadores, resolvemos fazer esta audiência porque a maioria de nós, assim como os movimentos que estiveram aqui há semanas e que têm se manifestado nas ruas, não concorda com esse valor de três reais. O rapaz que acabou de falar e vocês todos estão dizendo que não aguentam mais blábláblá. Então, porque não aproveitamos o que ele mesmo propôs, motivo de tanto aplauso de todos vocês, e perguntamos diretamente ao Secretário se dá ou não para negociar.

- Manifestações na galeria.

O SR. NETINHO DE PAULA – Não é que queremos cortar a palavra de ninguém, mas o que está acontecendo é que todo mundo está subindo à tribuna para falar a mesma coisa. Então, podemos continuar falando a mesma coisa ou chegarmos logo ao objetivo, que é reduzir o valor da passagem!

- Manifestações na galeria.

O SR. NETINHO DE PAULA – Essa era a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra a Sra. Juliana Cardoso.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – (Fazendo soar a campainha) – Pessoal, por favor!

- Manifestações na galeria

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – (Fazendo soar a campainha) – Pessoal, por favor! Nós estamos numa audiência pública pedida por vocês.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Com o maior respeito, isso não adianta. Tenham maturidade.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Pessoal, é o seguinte: estamos numa audiência pública pedida por vocês, e há companheiros de vocês inscritos para falar, assim como a Vereadora, que já está na tribuna.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Pessoal, por favor. Vamos ouvir um pouco. Sobre a questão de ordem que o nobre Vereador Netinho de Paulo levantou, o Secretário responderá assim que tiver novamente a palavra. Então, democraticamente...

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Pessoal, vamos ouvir. Tem a palavra a Sra. Juliana Cardoso.

O SR. DONATO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Depois da nobre Vereadora Juliana.

O SR. DONATO – Não, pela ordem, Sr. Presidente. Só um encaminhamento para tentar ajudar na ordem dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra o nobre Vereador Donato.

O SR. DONATO – Nós poderíamos inverter. O Secretário faria sua fala agora e, em seguida, continuaríamos com as inscrições, garantindo o direito de todo mundo falar. É só inverter.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – A ordem é dar sequência, e a nobre Vereadora Juliana está na tribuna e tem direito garantido. Por favor, nobre Vereadora.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sr. Presidente, abro mão da minha fala para que o

Secretário possa responder se vai ou não reduzir a tarifa de três reais.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Então, passo a palavra para a próxima inscrita, a Sra. Aline Klein.

- Manifestações na galeria.

A SRA. ALINE KLEIN – Primeiramente, penso que o movimento estudantil e a sociedade aqui presentes têm de ser tratados com um pouquinho mais de respeito e não tratorada dessa forma.

- Manifestações na galeria.

A SRA. ALINE KLEIN – Bom dia a todos, aos meus colegas e amigos da universidade. Eu acho que algumas coisas têm mesmo de ser repetidas diversas vezes. Vivemos no terceiro país mais desigual do mundo e, ao mesmo tempo, seus parlamentares têm a coragem, a ousadia e a liberdade de, assim como fizeram no Congresso e como farão nesta Câmara, aumentar seus salários em até 60%. Enquanto isso, eles têm também a coragem e o disparate de propor aumento do salário mínimo dos trabalhadores e dos jovens do nosso país, da ordem de 30 reais. Isso é uma vergonha e, na nossa opinião, muito errado.

Este é um país que obriga seus jovens e trabalhadores a viverem com menos de 600 reais por mês, ao mesmo tempo em que são obrigados a pagar tarifas altíssimas de alimentação, de escola e de transporte, como está acontecendo na cidade de São Paulo, onde, além de o transporte ser extremamente sucato e causar uma demora de mais ou menos três horas no deslocamento casa/trabalho, ainda cobra uma passagem de seis reais de ida e volta a passagem. Isso é um disparate. Isso precisa ser repetido, porque hoje é uma realidade, a gente paga três reais. Para eu chegar até aqui eu paguei três reais. A repetição dessa frase é justa e se faz necessária, já que hoje é essa a realidade em que vivemos.

Na nossa opinião, o Secretário tem de responder se vai abrir negociação, se vai reduzir o valor da passagem, mas não justificando simplesmente por meio de números ou de

coeficientes, porque isso não nos basta mais. Para nós, enquanto movimento estudantil, enquanto trabalhadores, isso não nos basta mais! Queremos algo ligado à realidade, ao que é concreto. Os trabalhadores e estudantes sentem o bolso mais leve no final do mês. O transporte não é uma mercadoria; não pode servir para fins lucrativos ou para que as empresas especulem ou para a iniciativa privada. O transporte público em São Paulo – a maior cidade da América Latina - se transformou em fonte de lucro para empresário e empresa especulativa suspeita. Não sabemos de onde vem e para onde vão os lucros e especulações.

- Manifestações na galeria.

A SRA. ALINE - Pedro Kassab é um dos nomes que foram ditos aqui, mas faz parte dessa maracutaia para pegar nosso dinheiro. O transporte deve ser um dever do Estado para com os trabalhadores e os jovens. Serve para as pessoas se deslocarem de casa ao trabalho, à escola, ao estádio.

— Não dá para aceitar aumento no salário dos parlamentares; aumento nas tarifas, alimentação, impostos, transporte, enquanto os trabalhadores vivem com uma miséria de salário, não têm acesso à educação de qualidade, à saúde e, ainda, utilizam um transporte péssimo e precário.

Deixo um recado ao Secretário e aos Parlamentares. Ontem houve um fato que ficará marcado por muitos anos na história da humanidade – a mobilização popular no Egito. Os estudantes aqui em São Paulo e parte da população paulistana estão mobilizados e seguirão mobilizados. Não sairemos daqui enquanto não abrirem negociação. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra o nobre Vereador Alfredinho.

- Manifestações na galeria.

O SR. ALFREDINHO – Sr. Presidente, como os ânimos estão exaltados e todos querem ouvir o que o Secretário tem a dizer, abrirei mão da minha palavra para adiantarmos os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra a Sra. Marina Capuço.

A SRA. MARINA CAPUÇO – Bom dia a todos. Tentei preparar uma fala que respeite os cinco minutos para que todos se manifestem e possamos ouvir o Secretário.

Já que fomos muito cobrados pelo atraso, é importante frisar que atrasamos porque só podíamos entrar de dez em dez e ainda revistaram as nossas bolsas. Como há muitas pessoas, demorou até chegarmos ao Plenário.

Quem leu a planilha referente aos custos do transporte e teve o trabalho de decifrá-la percebeu que nenhum aumento em qualquer item é justificado. Há várias irregularidades na planilha, que merecerão contestação judicial e nas ruas.

Não há técnica sem política. Todos sabem que há um limite no Orçamento de São Paulo como no de qualquer cidade. A questão é a escolha de como será empregado o orçamento.

Podemos falar de algumas escolhas. O anúncio do Prefeito Kassab sobre a construção de vias expressas para melhorar o trânsito é uma escolha. Mostra a prioridade ao transporte individual, o que, além de injusto, é bastante incoerente para uma cidade do tamanho de São Paulo a Prefeitura ainda pensar que a forma de resolver o problema de circulação é o transporte individual, sem falar da exclusão da população.

O Secretário afirma que haverá diminuição no subsídio. Foi aprovado um teto de 743 milhões de reais, mas quer subtrair 200 milhões de reais. Então, só há 543 milhões, menor do que o subsídio de 2010. Não ofendam nossa inteligência. Por que aprovar um orçamento que não será utilizado? É irresponsabilidade com o dinheiro público: planejar e não cumprir.

A população quer subsídio para custear o transporte e não para servir de lucro de empresário. Se o transporte é um direito, deve ser subsidiado pelo Estado.

Quanto ao que o Secretário disse ao justificar o valor da tarifa. Afirmou que há o “entendimento” da sociedade refere-se às gratuidades, aos idosos, às pessoas com algum tipo de deficiência e à meia passagem – estudantil. Deixo um recado. Gostaria de avisar aos Srs.:

Secretário, Prefeito e Vereadores que, se ainda não perceberam, há o entendimento da sociedade de que seis reais – ida e volta – é um roubo. Então, por que só alguns entendimentos da sociedade são levados em conta?

Sr. Secretário, a população não vai parar de lutar contra o aumento e por um transporte diferente. Já há uma manifestação marcada para a semana que vem. Vamos bater na porta do Prefeito Kassab. Nós, do Movimento, acreditamos que é melhor para os senhores e para o Prefeito que abram negociações conosco. Não sairemos da rua. É esse o recado. Não sairemos da rua se a tarifa não diminuir. Queremos negociação agora! Não sairemos daqui sem abertura de agenda de negociação com o Secretário. É isso que tenho a dizer: Negociação já! (Palmas)

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Obrigado, Marina. Por favor, estamos cumprindo o que combinamos com vocês. Há mais três pessoas para se pronunciarem e um Vereador. O Secretário irá falar. Tem a palavra o Vereador Claudio Prado.

O SR. CLAUDIO PRADO – Sou dirigente sindical e estou acostumado com greve e com todas as reivindicações. Parabenizo a reivindicação de vocês. Acho que o Secretário deve falar, mas fizemos um acordo. E acordo, na democracia, para a juventude e idosos, deve ser respeitado. Sentei junto com vocês e fiz o acordo. Vocês fizeram dois Vereadores abrirem mão da palavra e vocês não abriram mão.

Sou favorável ao Movimento. A maioria, a juventude, os sindicatos apresentados...

- Manifestações na galeria.

O SR. CLAUDIO PRADO – Quero falar logo e parar de ser chato. Fizeram duas críticas. Primeiro, têm pessoas lá embaixo. Não queríamos realizar essa audiência aqui. Eu e o Presidente José Police Neto preferiríamos realizá-la no Anhembi. Vocês discordaram. Quiseram realizá-la aqui. Dissemos as condições e os impedimentos. Agora, nos criticam. No Anhembi cabem mil pessoas e aqui, somente 300.

Estou dizendo isso porque vou abrir mão da minha fala. Mas, algumas questões vocês são obrigados a ouvir. Cada um de vocês repetiu as mesmas questões e não abriu mão da palavra. Será que só vocês têm direitos? Vim a esta Casa com voto de trabalhadores e defendo essa questão. Agora, vocês não respeitam os trabalhadores ou, então, dividiram a sociedade? É preciso que haja respeito.

A ideia do Vereador Jamil Murad de realizar uma comissão em conjunto com os Vereadores e discutir na Prefeitura é uma ideia excelente. Precisamos agir assim, senão o Movimento não cria objetivos. Mas, não. Só vocês sabem dos fatos.

Farei assim: abrirei mão da palavra, mas digo que os Vereadores aqui representados também possuem opinião, também são favoráveis, também têm muita luta nas costas e também poderiam ajudar com muita propriedade a conquista de vocês.

É o que tenho a dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra o Srs. Tiago Aguiar, Vitor Sá. Abriam mão da palavra. Tem a palavra o Sr. Dirceu Travesso .

O SR. DIRCEU TRAVESSO – Falarei um minuto, pois, evidentemente, queremos ouvir a palavra do Secretário.

Só para pontuar para os Srs. Vereadores, também tenho a cabeça branca como vocês e saúdo essa juventude, responsável por este acontecimento. E a relação não é de iguais. O nobre Vereador que preside os trabalhos disse que chegamos atrasados.

Chegamos antes das 9h, passamos por revista policial e contaram o número de pessoas para podermos entrar. Os senhores não. Tiraram até nossas garrafas de água.

Quando se iniciou o Movimento, vi aproximadamente 30 garotos, responsáveis por esse debate, perfilados em um paredão perto da Praça da República sendo humilhados pela Polícia Militar por uma reivindicação que os senhores estão dizendo que é justa e democrática.

À uma hora da madrugada, estávamos em uma delegacia na Rua Aurora. Então, não estamos tratando entre iguais, Vereador Claudio, com o respeito à sua vida como dirigente

sindical. Estamos tratando de pessoas que não possuem a mesma possibilidade que os senhores têm de decidir.

Chegamos nesta Casa e quem disse não fomos nós. Escutamos as palavras de um Vereador que era da base de sustentação do Prefeito Kassab que, em qualquer lugar do mundo, parariam os trabalhos e exigiriam imediatamente inquérito policial. O que foi dito ao Vereador Adilson Amadeu foi muito simples. Aqui está havendo corrupção com o irmão do Prefeito controlando uma planilha manipulada.

Então, queremos ouvir do Secretário a resposta concreta às reivindicações do Movimento – suspensão imediata do aumento da tarifa; abertura dos dados, passando não só pelos senhores da Câmara, mas por nós, do movimento organizado para que possamos debater. A partir daí, realizar o debate estratégico que queremos. Discutir, de fato, a concepção de transporte nesta cidade. Não a concepção de mercadoria, mas a concepção que atenda a necessidade dos trabalhadores da juventude.

Por isso, gostaria de ouvir o Sr. Secretário dizer aos Srs. Vereadores que não estamos tratando de relação de iguais nesta Casa. Por favor, respeitem aqueles que fizeram os senhores estarem neste sábado aqui e nós também. Para nós, foi preciso muita luta e uma relação de desigualdade muito grande.

O Sr. Secretário poderia esclarecer se o irmão do Prefeito, citado pelo Vereador, que é base ou não, faz de fato a manipulação das planilhas e deveria, no mínimo, instalar uma CPI imediata para apurar os fatos e convocar o Prefeito aqui. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Pessoal, por favor.

A SRA. _____ - Gostaria de reforçar que esta audiência é uma conquista nossa.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Pessoal, estamos no final desta audiência pública. O que ficou combinado com vocês é que o Sr. Secretário terá quinze

minutos para se pronunciar; o Movimento terá mais quinze e, depois, o Sr. Secretário terá mais cinco minutos. Isso é o que ficou negociado.

Tem a palavra o Vereador José Police Neto, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Serei breve. Alguns questionamentos me parecem fundamentais para entendermos a dinâmica do debate e os passos que serão necessários serem dados.

A primeira questão colocada pelos Srs. Vereadores Donato e Chico Macena diz respeito à importância desta Casa, a partir da sua estrutura burocrática, aquela que é paga com dinheiro público e, portanto, tem de devolver a ele, de maneira absolutamente profissional, informações. (Pausa)

Vocês querem fazer uma reunião ou participar da audiência pública? Só para entender.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Pessoal, há um Vereador na tribuna. Por favor, pessoal, estamos terminando. Vamos caminhar para a unidade da Cidade.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Questão fundamental: assim que as planilhas chegaram a esta Casa, esta teve o cuidado de torná-las públicas e, não só isso, recorreu à Consultoria Técnica da Casa, imbuída no espírito de apurar as informações, mas garantir que esta Casa Legislativa possa, a partir da compreensão não só dessas planilhas, mas das outras oferecidas; construir um raciocínio histórico da política tarifária. Foi isso que a Casa fez.

Os profissionais que participaram desse processo foram Fernando Machado, Felipe Marcondes, Hércules Miglinato, Pedro Guimarães, José Cocco e Francisco Forti, dirigidos pela Simone Lins. Agradeço a esses profissionais que nos ajudaram a compreender a apresentação das planilhas; não só destas, mas das anteriores. Lembro, também, que as planilhas apresentadas a esta Casa, diferentemente do que foi trazido pelo nobre Vereador Adilson

Amadeu, não são feitas nem pelo irmão deste ou daquele. São realizadas pela USP, na FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – e este foi o relatório publicado no *Diário Oficial*.

Para que não tenhamos dúvidas de como o processo acontece, a Casa recebe um conjunto de planilhas encaminhadas pelo Executivo que vem da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, órgão ligado à Fundação de Economia e Administração da USP. São eles que oferecem à Cidade as informações para uma decisão.

É importante relatar isso para podermos entender o que estamos debatendo. A questão mais importante é o que fazemos aqui, reconhecendo um pouco o que o Dirceu nos trouxe; o Movimento nos empurrou para esta audiência pública, sem dúvida, mas a Casa está aberta a esse diálogo e quer sugerir ao nosso Secretário que esse diálogo seja permanente. A busca pelo diálogo é uma tarefa do Parlamento. Portanto, se a sociedade nos empurra a isso - e vocês são a maior prova disso -, é o que faremos.

Quis dar essa explicação para que não passe pela cabeça das pessoas o procedimento que não foi feito e sim o que foi feito pela Casa, o que foi recepcionado, a transparência das informações dadas e que sempre serão.

Agradeço a todos que participaram: os que estão na galeria, aqueles que estão lá fora, aqueles que optaram por assistir de suas casas, porque temos uma transmissão a vivo para isso. Essas questões nos parecem fundamentais e é essa a relação que queremos estabelecer. Falo em nome da Mesa Diretora e de todos os Parlamentares – quero crer nisso. Faremos um esforço para que nossa Casa tenha sempre a visita de vocês, sempre; a fiscalização e a presença constantes, sem ter de anunciar que existe terror para construir isso. Isso é de vocês, de fato. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra o Sr. Secretário.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Pessoal, o Secretário vai falar. Vocês queriam tanto ouvir o. Secretário! Por favor, ouçam. Por favor, pessoal, seriedade.

- Tumulto.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO – Vocês – principalmente as pessoas que estão na frente - pediram-me para fazer uma manifestação e que procurasse ser breve. Iria discorrer sobre todos os itens discutidos ao longo desta audiência pública, os itens levantados pelos Srs. Vereadores. Pego alguns exemplos, como o que disseram sobre o valor do diesel. Não é o diesel comum que é utilizado no transporte público. O transporte de São Paulo usa o diesel S 50, que tem 50 ppm de enxofre e utiliza biodiesel.

O SR._____ - Secretário, diesel S 50.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Eu garanto sua palavra mais tarde.

- Tumulto.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO – Como estava dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Meus amigos, por favor!

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO – Na Cidade utilizamos o diesel S 50 e biodiesel na frota, dependendo da proporção da frota e de biodiesel. Então...

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Pessoal, se vocês não querem ouvir, fica difícil. Por favor.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Sr. Secretário, pode continuar.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO – Sobre a questão da negociação, estou aqui hoje em respeito a esta Casa, ao Poder Legislativo, e à demanda de vocês, estudantes que pediram minha presença. Então o diálogo está sempre aberto, não é só hoje ou amanhã. O motivo de estarmos aqui é exatamente para dialogar sobre o transporte público da cidade de São Paulo.

Proponho a vocês um encaminhamento. Nós imaginamos outras possibilidades de auxiliar na busca pelo transporte gratuito para estudante. Pretendemos - para isso precisamos

da parceria dos estudantes e da sociedade - encaminhar com um projeto ao Fumcad de destinação de recursos para esse fim, o de diminuir a tarifa para os estudantes e, se conseguirmos recursos, até de redução.

- Tumulto.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO – A proposta é que encaminhemos um projeto ao Fumcad, que trabalha com um percentual do imposto devido das empresas, podem-se captar recursos das empresas para esse fundo e ele ser utilizado na busca desse benefício.

O diálogo está sempre aberto. Esse é um encaminhamento bastante válido e quero contar com o auxílio de vocês.

Muito obrigado.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra o Sr. Tiago Aguiar.

O SR. TIAGO AGUIAR – Dividiremos a intervenção de encerramento em quatro pessoas.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Pessoal, silêncio! Quero o nome dos quatro oradores.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – O Movimento dividirá o tempo por quatro oradores. O primeiro é o Tiago, o segundo é o Vinicius, o terceiro é a Ariele e o quarto é o Lucas.

Tem a palavra o Sr. Tiago.

O SR. TIAGO AGUIAR – Sou do Diretório Central dos Estudantes da USP. O Secretário, tanto em sua fala de abertura como de encerramento, estava meio sonolento. Não disse o que mais importa. A passagem vai ou não abaixar? Existe negociação para isso? É isso que queremos saber. Esse é o primeiro ponto e o Secretário não diz, porque esta Cidade é

governada seguindo um modelo com dois momentos representativos na gestão do Sr. Kassab, em minha opinião. Primeiro, a Ponte Estaiada, que é um teatro para o SPTV fazer a apresentação do seu jornal. É isso, não serve ao interesse da população. É uma obra caríssima e é ali que está o dinheiro que deveria subsidiar o transporte público. Esse é o primeiro ponto.

Segundo: vocês, ano a ano, convivem com esta Cidade debaixo da água e não fazem nada. Esse dinheiro que vocês dizem que economizarão do subsídio, não deve ir para construir mais pontes estaiadas; tinha de resolver o problema do Jardim Romano e do Jardim Pantanal que sempre se repete. Essa Prefeitura fecha os olhos para isso. Isso é algo que esta Casa deveria fazer.

Aliás, acho histórico que o movimento estudantil esteja aqui, porque em outros momentos quem discordava era recebido como vagabundo pelo Sr. Prefeito. Hoje somos recebidos aqui como moleques. Sr. Apolinário, nós não somos moleques; somos cidadãos e estamos aqui exigindo nossos direitos. O senhor deve ter acompanhado pela televisão que, um dia antes da renúncia, o Mubarak disse: “Minha juventude, eu tenho experiência, estou há muitos anos...” Cuidado, Sr Vereador, porque a juventude é o futuro. A juventude veio aqui reivindicar seus direitos. Nós somos cidadãos e o senhor, como Vereador, nos deve respostas assim como o Sr. Secretário. O respeito é mútuo. Viemos nos manifestar e exigimos respeito.

O Sr. Secretário disse uma coisa que considero o espírito da sua intervenção. Você paga três reais e tem direito a usar o serviço. Sr. Secretário, o direito não custa três reais, ele não custa nada. O direito ao transporte não custa nada, não deveria custar nada, nem um nem dois nem três reais.

Esperamos que esta audiência pública tenha consequência. Já não teve a que gostaríamos. O Sr. Secretário tem todo o tempo do mundo – estamos aqui esperando - para dizer se vai ou não negociar, porque é isso que queremos.

Srs. Vereadores, qual a postura dos senhores? É muito fácil o Vereador Adilson

Amadeu vir aqui denunciar. Acho que tem de ser investigado. É fácil ouvir, mas precisamos saber para onde vai. Qual a consequência que será dada? Queremos saber isso dos Srs. Vereadores, até porque tem sido noticiado com frequência que o nosso Prefeito Kassab tem construído uma jornada de busca de novos amigos, novos cristãos para o projeto dele, e tem sido muito bem sucedido. Então nossa expectativa é de que essas movimentações do Sr. Prefeito para conseguir uma nova base, novos amigos, novos aliados não signifique que essa discussão vá ficar debaixo do tapete como fica, por sinal, todos os anos.

Vimos aqui agradecer pela oportunidade de falar – perfeito, fantástico -, ao Vereador Apolinario, a todos que nos abriram essa possibilidade, mas queremos consequência política. Primeiro: a Câmara Municipal faz o quê? Segundo: Sr. Secretário, não viemos saber se o diesel é S1 ou S5. Três reais é um valor absurdo, inaceitável. É a juventude que catalisa os protestos, mas, se o senhor for às ruas, verá que não existe um cidadão satisfeito com esses três reais. Não sei quem responde à sua pesquisa, deve ser em seu gabinete; lá 60% das pessoas devem achar que o transporte é bom, mas na rua não tem uma que ache bom

Queremos saber se os três reais serão ou não negociados. Esse é o recado que o Diretório Central dos Estudantes da USP quis passar nesta audiência. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra o Sr. Vinicius Cunha.

O SR. VINICIUS CUNHA – Quero colocar alguns elementos. Primeiro: a audiência pública em si é muito importante e a reivindicamos. Porém ela por si só não basta. O que basta, e o motivo de estarmos aqui, é que a tarifa seja abaixada. É isso. E a resposta que exigimos é, primeiro, uma mesa de negociação Essa seria a resposta mais razoável que o Secretario de Transportes pode dar.

A segunda é diminuir o preço da passagem. É isso que estamos fazendo aqui; é isso que a população de São Paulo quer. Três reais são inadmissíveis. O Sr. Secretário mencionou que a tarifa de São Paulo não é a mais cara e colocou como referência um trecho. A população de São Paulo não está preocupada com um trecho e sim com os três reais. O

salário mínimo é de 510 reais. É impossível, para quem ganha um salário, conseguir pagar esse preço pela passagem. Isso é um assalto, precisa ser revisto.

Precisamos pensar sobre a razão desse aumento. Nada justifica isso. A única coisa que justifica é que os Governos do Município e do Estado de São Paulo são representantes dos empresários, das elites. Tenho a impressão de que essas empresas de transporte financiam as campanhas eleitorais dos senhores. Será que não está aí a razão do aumento? Os senhores deveriam reconhecer que são representantes das elites e da desigualdade social. Na verdade, como esse aumento não tem justificativa, vocês têm de colocar para a população que se orgulham de ser os defensores da desigualdade social. Têm de bater na mesa e falar: “Nós não nos importamos com os direitos sociais. Nós nos importamos com a garantia dos lucros. É por isso que estamos aqui.

Somos representantes das elites. Essa é a resposta. (Aplausos)

Vocês adoram reivindicar o direito à Constituição Federal. Tenho a impressão – e desculpem meu pouco conhecimento sobre Direito – que o direito de ir e vir é inalienável, e para parcela considerável da população, o valor de três reais é muito alto. Ou seja, por princípio, esse aumento é inconstitucional. O valor de três reais afronta a Constituição Federal, pois nega a possibilidade de a população ir e vir.

Se tivermos de chamar a Polícia, temos de fazê-lo para quem defende e legitima esse aumento. Esse aumento no valor da tarifa foi um desrespeito à população, à cidadania, aos direitos sociais. Isso que é preciso ser colocado.

Por fim, a única resposta que cabe é a negociação e a redução.

Portanto, como nossos companheiros, que estão neste Plenário, já colocaram, temos de ter uma indicação concreta de negociação. Foi para isso que viemos e só iremos embora quando tivermos isso em nossas mãos. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra a Sra. Ariele.

A SRA. ARIELE – Meu nome é Ariele e sou estudante do curso de Letras, na USP.

Os Srs. Vereadores disseram que o espaço para diálogo está sempre aberto, que estão muito contentes por estarmos aqui. Mas, ao mesmo tempo, nos chamam de moleques.

Sentimos na pele o primeiro ato que realizamos contra o aumento da tarifa da passagem, no início do mês de janeiro. Fomos duramente reprimidos pela Polícia Militar enquanto protestávamos - protesto que todos os senhores dizem ser muito justo.

Apresentaram-nos planilhas, números, justificativas mil para dizer que o valor de três reais é o preço cabível para o transporte na Cidade de São Paulo.

E mais ainda: nenhum Sr. Vereador veio defender esse aumento de três reais.

Diante disso, faço uma pergunta: nesta planilha, neste preço de três reais, por acaso, está incluído o lucro que os empresários terão? Essa porcentagem está incluída nesses três reais?

Se os Srs. Vereadores estão se posicionando contrariamente a esse aumento, entendo que temos de revogar esse aumento. Não sairemos daqui sem a abertura de negociação para a sua revogação. Não queremos que se jogue para outro índice. Os trabalhadores sentem no bolso o que significa esse aumento. Portanto, não precisamos de planilhas para justificar isso.

Finalmente, deixo um recado: é muito positivo que a população possa ouvir o quanto é descabido esse aumento no preço da tarifa. E não tenham dúvidas: amanhã será muito maior.

Faremos mobilizações na Cidade. Enquanto o preço da tarifa não baixar, esta cidade vai parar.

Os senhores não vão dormir enquanto o preço dessa passagem não baixar.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Tem a palavra o Sr. Lucas Monteiro.

O SR. LUCAS MONTEIRO – Boa tarde. Sou Lucas Monteiro e militante do Movimento Passe Livre.

Os argumentos apresentados nas planilhas do transporte desta cidade, e os argumentos apresentados pelo Sr. Secretário, nesta audiência, em hipótese alguma justificam esse aumento no valor da tarifa, nem do ponto de vista técnico, muito menos do ponto de vista político.

Temos isso muito claro: do ponto de vista político, qualquer aumento de tarifa significaria aumento da exclusão, e não vamos tolerar nenhum tipo de aumento da exclusão.

O Secretário, ao ser contestado sobre o aumento de tarifa, assunto específico desta audiência, fugiu do assunto. Foi isso que o Secretário fez! (Palmas) Não respondeu os questionamentos apresentados nesta audiência. Falou do Funcad, Fundo da Criança e do Adolescente, um projeto social separado, que não tem verba para custear transporte público, sendo que a questão aqui enfocada não é de direito da criança e do adolescente, mas sim um de um direito de todos os cidadãos! (Palmas) Todos os cidadãos estão contra esse aumento de tarifa, ninguém é a favor dele. A proposta do Secretário, portanto, não responde ao que viemos aqui.

Além disso, o Secretário falou, novamente, que a prioridade é o transporte público. Isso não é verdade! A gestão Kassab priorizou a expansão de seis vias da Marginal, em vez de priorizar o transporte público. Assim, optou por, nas palavras do próprio Secretário: "...os usuários pagarem a construção de novos corredores e novos terminais". O ônus foi totalmente transferido para os usuários. Querem desonerar os cofres públicos para onerar diretamente os usuários. Isso é absurdo, pois quem tem de custear o transporte público, uma vez que se trata de um direito, é o conjunto da sociedade, e não apenas os usuários.

Por fim, reafirmo: estaremos nas ruas, e será nas ruas que iremos barrar esse aumento! Na próxima quinta-feira, iremos à Prefeitura para forçar uma negociação. Queremos que o Secretário se comprometa, publicamente, a abrir uma negociação com o movimento, pois não aceitamos o aumento da tarifa e queremos dialogar sobre isso com o Prefeito Kassab, que editou o Decreto que informou o aumento e poderá revogá-lo.

Exigimos uma negociação com o Prefeito Gilberto Kassab! (Palmas)
Queremos que seja marcado, agora, o início dessa negociação com o Prefeito!

- Manifestação da assembleia.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Por favor, estamos caminhando para o final da reunião.

- Manifestação da assembleia.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Vivemos num País democrático. Muitos morreram ou foram torturados para que pudéssemos nos manifestar. Por favor, ponham a mão na consciência.

Estamos chegando ao final da audiência.

Primeiro, quero cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, José Police Neto, e alguns nobres Vereadores que participaram desta reunião e das negociações com o Movimento: Claudio Prado; José Américo; Jamil Murad; Netinho de Paula; Claudio Fonseca; Adilson Amadeu; Carlos Apolinário; Sandra Tadeu e Juliana Cardoso.

O que o Poder Legislativo combinou com o Movimento, ele cumpriu. Isso, vamos deixar muito claro: tratava-se de uma audiência pública na Câmara Municipal com o Sr. Secretário de Transportes. Portanto, a palavra do Legislativo foi cumprida. Está certo?

O Movimento de vocês e suas reivindicações são legítimos, e o Parlamento cumpriu aquilo que prometeu, a parte que lhe foi estabelecida.

Iremos, agora, à parte final desta reunião, na qual o Secretário de Transportes irá falar pelo tempo necessário, e, após, encerraremos a audiência pública.

- Manifestação na assembleia.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Pelo que estou ouvindo, o Movimento quer uma pauta de negociações. É isso?

- Manifestação na assembleia.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Data? O Legislativo está fazendo uma

intermediação da relação do Movimento e do Executivo. A decisão sobre essa questão da data é do Executivo. Então, quem tem de dar a palavra a vocês, ou não, é o Secretário. Portanto, temos de ouvi-lo.

Se receberem a informação que querem, ficarão contentes; se ouvirem a resposta que não querem, já têm a manifestação articulada para quinta-feira. Está tudo certo. Quer dizer, o Movimento continua.

- Manifestação da assembleia.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Vamos encerrar a audiência de hoje. Vamos entender algumas coisas: vocês nos pediram uma audiência pública da qual estamos chegando ao final. A partir de metade da reunião, solicitaram-nos que estabelecêssemos um diálogo com o Executivo, para termos um processo de compreensão e de alteração de custo tarifário.

Concretamente, pedi ao Secretário diálogo com o Movimento. Ele concorda em conversar com vocês. Assim, está estabelecido o diálogo com o Movimento de vocês, que tem uma manifestação marcada para quinta-feira.

A Presidência desta Casa irá com vocês construir o dia desse encontro, antes da quinta-feira. Portanto, está aberto o diálogo com vocês, como foi feito nesta Casa. Até quinta-feira, quando está agendada a reunião de vocês, nós teremos um encontro. É isso!

- Manifestação da assembleia.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Vocês sairão com uma vitória daqui, porque a Presidência da Câmara disse que, antes de quinta-feira, falará com a Coordenação e a levará para falar com o Secretário e o Prefeito.

Está encerrada a reunião.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Tenho uma proposta de encaminhamento diferente.

- Tumulto na assembleia.

(NÃO IDENTIFICADO) – Pessoal, por favor, peço a todos que se sentem, para que

possamos continuar conversando. Sem empurra-empurra, para ninguém se machucar.

- Manifestação da assembleia.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Pessoal, uma questão de ordem: tenho a data.

- Manifestação da assembleia.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Só um minutinho, pessoal.

Vocês solicitaram – e já tínhamos, lá de cima, anunciado a vocês - que fosse até a quinta-feira ao meio-dia. Então, pode ser na quarta ou na quinta-feira. Precisamos construir um diálogo, ou seja, aqueles que participarão da reunião com vocês terão um novo encontro com vocês, porque sabemos que têm uma atividade programada para quinta-feira no final do dia.

Assim, como foi feito quando combinamos sobre a audiência pública, quando vieram aqui, solicitaram-nos uma audiência, oferecemos a data do dia 26, um espaço que foi o Anhembi e fizemos todo um processo de negociação até trazermos para cá, para dentro do plenário, porque vocês nos falaram que isso era importante.

Portanto, agora, estamos dizendo a vocês que, da mesma forma que fizemos lá atrás, queremos estabelecer diálogos e compromissos. Assumimos o compromisso de buscar uma data até quinta-feira ao meio-dia, pode ser antes, para um novo diálogo com a Secretaria, portanto, a representação do Executivo. Vocês nos dirão quais serão os seus representantes para esse diálogo iniciado aqui.

(NÃO IDENTIFICADO) – Diálogo ou negociação?

O SR. JOSÉ POLICE NETO – A interpretação de diálogo e negociação... Então, vamos entender isso: não posso falar em negociação, e, portanto, falo diálogo, porque o Parlamento dialoga, e a negociação é feita com a autoridade Executiva.

No momento em que a autoridade Executiva está na audiência, como esteve aqui, pode-se dizer que já se está em processo de negociação.

O que podemos garantir a vocês é o permanente diálogo. Com a presença do Executivo, estabelece-se, por óbvio, uma negociação. Porque a presença dele é que estabelece a negociação.

- Manifestação da assembleia.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – É isso que estamos dizendo. Não posso dizer que isso é uma negociação porque não sou autoridade Executiva, portanto, garanto a vocês o diálogo e a presença do Executivo, o qual estabelecerá a negociação.

Até a próxima quinta-feira ao meio-dia, teremos essa reunião com o Executivo, com as representações Legislativas das Lideranças e as do Movimento de vocês, para que seja estabelecido o diálogo com o Parlamento e essa tão desejada negociação com o Executivo.

O SR. JOÃO VITOR – Gente, por favor, hoje, o Movimento de luta contra o aumento das tarifas dos transportes conquistou uma reunião com o Executivo para discutir a redução das passagens de ônibus no Município de São Paulo. Essa reunião acontecerá até quinta-feira ao meio-dia e será composta pelos Vereadores, pelo Movimento e o Secretário, representante do Executivo.

(NÃO IDENTIFICADO) – O caráter da reunião é de revogação do aumento do valor da tarifa, e não simplesmente um diálogo. (Palmas)

O SR. JOÃO VITOR – O Police, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, se comprometeu, portanto, já somos vitoriosos. Se a tarifa não abaixar, a Cidade vai parar!

- Manifestação da assembleia.